



# BRASIL AGORA



ANO II Nº 29

07 A 20 DE DEZEMBRO DE 1992

CR\$ 11.000,00

## "CACHORROS"

*Militantes comunistas rejeitam a acusação de serem informantes policiais durante a ditadura, feita pelo ex-sargento Marival à revista Veja.*

**PÁGINA 11**

# ESPECIAL

## O PROGRAMA DE EMERGÊNCIA QUE O PT PROPÕE PARA A CRISE

*Páginas 4 e 5*

## REFORMAS

*Um roteiro para discutir as reformas políticas do próximo ano, incluindo parlamentarismo versus presidencialismo.*

**PÁGINA 7**

## A VOZ DO NORDESTE



*Uma grande entrevista com o cantor e compositor pernambucano, ex-parceiro de Vandrê*

**PÁGINAS 13 E 14**

# GERALDO AZEVEDO



## SOLUÇÕES DO PT PARA A CRISE

O PT abriu o debate sobre o seu projeto econômico de emergência, preocupado com o agravamento da miséria e da crise social em nosso país. As propostas petistas tiveram grande repercussão na imprensa, gerando uma salutar polêmica dentro e fora do partido, além de preencher um vazio deixado pelo governo Itamar que, patinando em suas próprias contradições, até agora não indicou nenhuma saída para o Brasil. O projeto do PT incluiu um conjunto de medidas voltadas para o enfrentamento do problema da dívida externa e interna, a recuperação dos salários e do emprego, o controle da inflação, a questão do Estado e das políticas fiscal, industrial, agrária e agrícola (páginas 4 e 5).

As reformas políticas em debate no Congresso Nacional — legislação eleitoral, lei orgânica dos partidos e sistema de governo — colocam dilemas a todos os interessados numa efetiva democratização do país. E também apresentam riscos. Enquanto o sistema de governo — parlamentarismo ou presidencialismo — será decidido em plebiscito, pelo voto direto do povo, a nova lei eleitoral e a nova lei orgânica dos partidos serão votadas pelo Congresso Nacional, onde uma maioria conservadora pode comprometer o seu desejável caráter democrático (página 7).

O Brasil Agora continua abrindo espaço para o debate das eleições para prefeito e vereadores, trazendo uma avaliação do desempenho nacional do PT, além de uma reportagem sobre o crescimento do Partido no Rio de Janeiro, apesar da derrota de Benedita da Silva, e uma entrevista com o prefeito eleito de Goiânia, Darci Acorsi (páginas 8, 9 e 10).

Geraldo Azevedo, cantor e compositor, conta detalhes de seu trabalho de criação, sua luta em defesa da música popular brasileira e sua vida como artista (páginas 14 e 15).

Fidel Castro, numa entrevista concedida ao semanário Brecha, do Uruguai, e reproduzida pelo Brasil Agora, emite opiniões tão polêmicas quanto surpreendentes (página 13).

### O EDITOR

A partir desta edição o jornalista Rui Falcão, à frente da redação do Brasil Agora desde a sua fundação, deixa o cargo de editor do jornal, para assumir seu mandato de deputado. Perde o Brasil Agora — em parte, pois Rui continuará como colaborador —, ganha a Assembléia Legislativa de São Paulo, com um deputado que já tem se destacado por suas denúncias contra o ex-governador Quéricia e por sua fiscalização implacável do governo Fleury.

Ganha também o Brasil Agora com um novo editor: José Américo Dias, jornalista com passagem pelo Diário do Comércio e pela Folha de S. Paulo, entre outras publicações. Foi o coordenador político do programa da Rede Povo na campanha do Lula em 1989, e secretário-geral do PT de São Paulo. É atualmente membro do Diretório Nacional do partido.

José Américo assume a edição do jornal num momento em que o Brasil Agora, realiza um processo de avaliação editorial e busca renovar-se e ampliar-se, sempre com o objetivo de praticar um jornalismo que sirva à construção de uma sociedade justa e democrática

JOÃO MACHADO  
Diretor do Brasil Agora

# O PT e o governo Itamar

Pela primeira vez no Brasil a desonra ao voto popular foi exemplarmente punida. Ainda que o processo de *impeachment* não esteja concluído, já podemos considerar como definitiva a lição de cidadania aprendida nas ruas de nosso país por todos aqueles que se mobilizaram para "deselegir" Collor e condenar uma forma de comportamento político que desacredita as instituições democráticas e afasta o povo da política.

O PT foi o motor de todo esse processo e sua responsabilidade agora é proporcional à importância do papel que desempenhou na frente parlamentar e na mobilização social que afastou Collor e permitiu a ascensão de Itamar Franco à presidência da República.

Estaranciar a corrupção e devolver a honorabilidade ao cargo que ocupa já seria uma grande obra de Itamar, se o país não estivesse a exigir mais: solução para a grave crise econômica, política e social que ameaça conduzir nossa sociedade ao colapso total. É uma tarefa "hercúlea" para um governo de curta duração e sujeito à inércia decisória, dado o caráter excepcional de sua origem. Falta-lhe,

O P I N I A O

**Com uma postura de maior cooperação, poderemos influir na forma de ver e agir do governo.**

por enquanto, o essencial: um programa de governo que só pode ser um programa de reformas, urgentes e inadiáveis, um programa de dois anos, tampão mas permanente.

A atuação do PT - em linha de continuidade com a que desenvolveu até a posse de Itamar - deve ser balizada pela permanente fiscalização dos atos do novo governo, pelo esforço de imprimir à organização social uma dinâmica própria que resulte na apresentação de um programa mínimo, respaldado por amplos setores sociais e que tenha como objetivo o fim da recessão, a retomada do desenvolvimento e o combate sem tré-

gua à fome. Essa plataforma deve seguir articulada a um conjunto de reformas políticas que signifique o fortalecimento dos partidos, a correção de distorções existentes na representação dos estados, a adoção de medidas de controle do uso do poder econômico nas eleições, a democratização dos meios de comunicação bem como a defesa das conquistas populares no processo de revisão constitucional deste ano.

Ciente de sua responsabilidade, o PT deve transitar para uma postura de maior cooperação, colocando ao lado de sua lógica de crescimento a lógica da sociedade, para que haja a adoção do ponto de vista dos trabalhadores na forma de ver e agir do atual governo. Criticar sem participar é o mesmo que imaginar que os governos oriundos de processo de *impeachment* façam parte da rotina ou da regra democrática. Este é um governo de exceção e exige dos partidos democráticos comportamentos cooperativos, sob pena de perdemos noção da regra que se quer preservar: a plena democracia, sempre.

PAULO DELGADO  
Deputado federal

## Pelo presidencialismo democrático (II)

Os defensores do sistema parlamentarista partem do princípio de que o atual Congresso expressa a vontade soberana da nação. O sistema parlamentar bicameral apresenta distorções que precisam ser corrigidas. A vontade dos 503 deputados pode ser anulada pela decisão dos 84 senadores. Além do mais, há discrepâncias e distorções na representação geopolítica na Câmara dos Deputados, permitindo que o peso do voto seja desigual para o parlamentar de um estado para o outro. Enquanto para Rondônia um deputado representa apenas 15.600 pessoas, um deputado paulista representa 20 vezes mais, ou 563.400 pessoas. O mesmo vale para os senadores, com a disparidade de que tanto São Paulo como Rondônia possuem três vagas no Senado. Os conceitos de igualdade enunciados na Carta de 1988 não se expressam na formação do Parlamento brasileiro e, deste modo, temível seria ampliar o poder da casa a ponto de poder eleger o primeiro ministro.

Além disso, no parlamentarismo, há uma fusão de interesses entre os

O P I N I A O

**Seria temível ampliar o poder do Parlamento a ponto de poder eleger o primeiro ministro.**

poderes Executivo e Legislativo. O Legislativo fica sem autonomia, já que se atrela ao compromisso com o ministro eleito. Bem diferente do presidencialismo, que divide as funções de governo e fortalece o Parlamento na medida em que os órgãos não se interdependem. Ou seja, o presidencialismo diversifica os centros de poder e permite divergências entre eles.

Faz parte da tradição da esquerda brasileira o princípio de que quanto mais direta a democracia, melhor. O mundo de hoje não permite que os trabalhadores decidam tudo a toda hora, por isso a

necessidade da democracia na representação. Mas a representação no presidencialismo é mais direta: o povo elege diretamente os governantes.

No parlamentarismo o povo apenas elege o colégio eleitoral, que teria a tarefa de eleger o governante. Há, pois, um distanciamento entre o sentimento do eleitor e o compromisso do eleito. Sem delegação direta do eleitor, distancia-se a relação entre governante e governados.

Num país com as características do Brasil, onde não se transpira plena maturidade política, a eleição parlamentar é corporativa, clientelista e não enseja a ampla manifestação popular. Pelo contrário, as massas são dirigidas e compradas pelo poder econômico e pela força da mídia. Toda a vez que o povo se expressa em grandes mobilizações aparecem aqueles que desejam fechar esta porta com casuísmos e leis antipopulares. Tem sido assim na frustração das Diretas Já, na campanha presidencial de 1989 e na luta pelo *impeachment*. Só a mobilização conduziu a mudanças e o Parlamento tem se dobrado à vontade popular.

O contexto histórico mostra que o parlamentarismo é nascido de um pacto entre o poder absoluto dos reis e o nascente poder político da burguesia. Faz apenas cem anos que superamos, no Brasil, a monarquia, e não temos porque adotar um sistema de governo que é um pacto entre a burguesia e a aristocracia. Há questões bem mais sérias a estudar, tais como o regime político marcado pelo monopólio dos meios de comunicação, pela tutela militar sobre o Estado, por um sistema eleitoral antidemocrático ou por uma democratização maior na composição dos membros do poder Judiciário.

Enfim, a frustração de objetivos - e de políticos capazes de honrar o cargo de presidente - não deve afastar o PT da luta por manter o sistema presidencialista democrático.

ANTONIO MARANGON  
Deputado estadual PT, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da AL-RS.



## RESTA UMA ESPERANÇA

A abertura do processo de *impeachment* contra o presidente Collor - verdadeira redenção do Congresso Nacional - não serviu, infelizmente, como um divisor de águas entre um parlamento subserviente aos interesses dos poderosos e um Legislativo autônomo, soberano e voltado para os interesses maiores desta Nação.

A segunda Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara dos Deputados para apurar as maracutaías na transferência do controle acionário da NEC do Brasil - assim como a primeira CPI - acabou em pizza. Mais uma vez os interesses menores de Antônio Carlos Magalhães e de Roberto Marinho passaram por cima do país.

Embora insofrito, o relatório final até que conseguiu detectar e registrar três das maiores irregularidades. O processo que se inicia com a entrada da Globopar (leia-se Roberto Marinho) na disputa pelo controle da NEC e que culmina com a transferência para o grupo de ACM da retransmissão em todo o estado da Bahia dos sinais da Rede Globo é o fio da meada. ACM recebe os sinais da Globo como pagamento pelos serviços prestados.

As duas outras aberrações apontadas pelo relatório dão conta da asfixia financeira sofrida pelo empresário Mário Carneiro - com a Telebrás suspendendo pagamentos até de serviços já prestados - e da "permissão" para que os japoneses, sócios minoritários da NEC do Brasil, detivessem por um período o controle da empresa, ferindo a legislação vigente.

Mesmo diante de tantas evidências, a sucursal baiana do "esquadrão da morte", tendo a frente José Lourenço, retirou do texto final as referências a ACM. A manobra, entretanto, pode cair por terra, já que apresentamos voto em separado que terá que ser anexado aos autos a serem encaminhados ao Ministério Público Federal.

Este escorregão dos carlistas - votarem o relatório ao invés de arquivá-lo - permite que a Procuradoria Geral da República, a partir dos autos, processe todas as investigações que a CPI não quis e/ou foi impedida de fazer.

O Judiciário - tanto no caso NEC, quanto no caso VASP - pode redimir o Legislativo. As poderosas injunções que preservaram ACM e Marinho de um lado, e Quéricia de outro, devem ser denunciadas pelos democratas no Legislativo, repudiadas pela sociedade civil e enquadradas pela Procuradoria. Depois do *impeachment* de Collor a opinião pública não aceitará a impunidade de tantos figurões. O futuro do país é que está em jogo.

TILDEN SANTIAGO

Deputado federal (MG), representou o PT na CPI da NEC

# As propostas do PT

Reproduzimos aqui os principais trechos "programa emergencial de política econômica", aprovado

ILUSTRAÇÕES DE MAX FIGUEIREDO



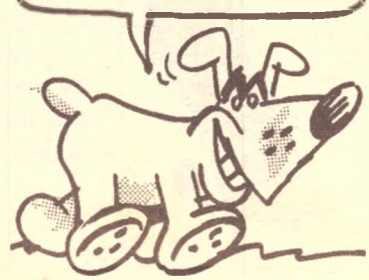
**FRACASSO NEOLIBERAL.** Estamos diante de um dilema: de um lado, o desenvolvimento sócio-econômico depende da inserção competitiva nos campos dinâmicos da economia mundial, que claramente inviabiliza a ilusão de um desenvolvimento autônomo e a margem da economia globalizada. De outro lado, a abertura econômica e a estratégia neoliberal vão aprofundando as desigualdades sociais, segmentando a sociedade e criando uma dinâmica de ilhas de prosperidade em meio a oceanos de miséria e desespero.

O futuro da democracia depende de respostas novas e criativas por parte da sociedade a esta marcha de insensatez marcada pela estagflação prolongada. A reforma do Estado não poderá ocorrer nos marcos simplificadoros do ideário neoliberal, porque deve ter como grande objetivo a promoção da cidadania em todas as suas dimensões.

Estas diretrizes de emergência evidentemente não aprofundam as reformas estruturais que se fazem necessárias nesta estratégia alternativa que não confunde mercado com desenvolvimento. Mas todas as medidas estão amparadas nesta concepção nova de desenvolvimento com promoção da cidadania, e procuram combinar modernidade econômica com cidadania para os excluídos e marginalizados.

A política ortodoxa recessiva é incapaz de solucionar os impasses estruturais da economia, gerando sacrifícios inúteis e injustamente distribuídos. Não deve haver choque na economia.

QUERICIA INOCENTADO PELA CPI DA VASP... JÁ NÃO SE FAZ CPI COMO ANTIGAMENTE?!



O controle da inflação não pode ser um objetivo isolado da política econômica, a ser perseguido a qualquer custo, e não deve mais ser tentado apenas através de medidas macroeconômicas implantadas mediante pacotes ou congelamentos.

É preciso, desde já, começar a reduzir a inflação de forma gradual, ao mesmo tempo em que se retoma o desenvolvimento. Só com este poderemos garantir crescimento duradouro dos salários e aumentar a oferta de empregos.

Estancar a corrosão da massa salarial e estimular seu crescimento gradativo é, além de um imperativo social, crucial para reverter ordenadamente o processo recessivo.

É necessário reformar o Estado.

Um estado desprivatizado e autônomo em relação aos interesses corporativistas é requisito para que se possa superar a crise atual. É fundamental reforçar as instâncias públicas de controle social do Estado e da ação dos governantes, para coibir os abusos que marcam a tradição brasileira, assim como reforçar a capacidade de disciplinar a ação privada, coibindo o abuso do poder econômico em todos os níveis.



**CONTROLE DA INFLAÇÃO.** A redução progressiva da inflação, o estancamento das perdas salariais e a redução da incerteza devem ser obtidos por meio de uma ampla negociação política, envolvendo os governos federal e estaduais, o Congresso Nacional e os representantes de empresários e trabalhadores.

Esse processo de negociação ampla - abrangendo vários segmentos sociais, todas as instâncias políticas e diversos âmbitos da gestão econômica - pode ser potencializado através da generalização das câmaras setoriais.

Os trabalhadores procurariam obter garantia de emprego e crescimento dos salários reais, negociando um programa de recuperação salarial vinculado à retomada do crescimento e à modernização industrial.

Nas câmaras setoriais poderiam ser formulados acordos de redução de custos das mer-

cadorias para viabilizar a ampliação das vendas, de modo a impulsionar a retomada do crescimento.

As empresas, sobretudo as oligopolistas, que não cumpriram os acordos de preços estabelecidos nas câmaras setoriais estariam sujeitas à suspensão de benefícios tributários e creditícios, a controles de preços e à concorrência de importações.

Por fim, o controle social da inflação deve se apoiar numa ampla política de abastecimento alimentar.



**POLÍTICA FISCAL.** A gestão da política fiscal deve estar voltada para dois objetivos básicos. De um lado, deve contribuir para o esforço de estabilização recuperando a confiança dos agentes econômicos na solvência do setor público e, de outro, impulsionar o crescimento econômico, através da recuperação da capacidade de gasto e de concessão de financiamentos pelo setor público, bem como por uma administração adequada dos incentivos fiscais e subsídios.

O novo governo deve, de imediato, promover o combate amplo e eficaz à sonegação de impostos.

A legislação deve ser modificada, para permitir um ataque frontal ao "caixa dois" das empresas e à sonegação de impostos pelas pessoas físicas de altíssima renda. Para tanto é necessário agilizar as investigações tributárias, simplificando as condições para a quebra do sigilo bancário - cuja eficiência foi amplamente demonstrada na CPI do caso PC.

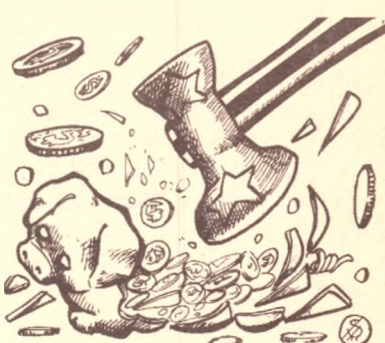
É recomendável ainda aumentar a alíquota marginal do imposto de renda das pessoas físicas, instituindo-se a alíquota de 35% para os rendimentos muito elevados. Outra medida essencial para aumentar a justiça fiscal é a ativação dos impostos sobre o patrimônio - especialmente do patrimônio improdutivo -, os quais, dada a grande concentração da riqueza do País, têm um potencial de arrecadação significativo e hoje gravemente subutilizado. A nível federal é preciso tornar efetiva a cobrança do ITR (Imposto Territorial Rural) e regu-

lamentar o imposto sobre grandes fortunas que é, por exceção, complementar ao imposto de renda.

Nesta perspectiva estamos propondo a instituição de uma CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DE EMERGÊNCIA, tendo como fato gerador as transações financeiras, nas condições já mencionadas e pensando os assalariados de baixa renda e aplicações de caderneta de poupança. Esta iniciativa deve ser acompanhada pela criação de um Fundo Criança, gerido por um conselho paritário governo-sociedade civil e orientado para atender as crianças carentes, especialmente a demanda por escolarização básica e políticas especiais de atendimento.

Do lado das despesas é necessário buscar a eficiência do gasto público. Este aumento da eficiência depende da recuperação dos instrumentos de planejamento, além da busca de uma maior integração entre as despesas da União, dos estados e dos municípios e de uma política consistente para o funcionalismo público em que o pagamento de salários condignos seja acompanhado de exigências quanto à produtividade. Neste sentido têm papel fundamental a implantação definitiva do sistema de carreira do serviço público federal e o reforço dos programas de formação e qualificação dos servidores.

Nenhum setor deve a priori escapar de uma política de cortes sem que estes sejam feitos, evidentemente, de forma linear. Defendemos também a redução do limite máximo, fixado na Constituição, para o peso relativo da folha de pagamento no orçamento da União, nos moldes do acordo já firmado pelos partidos na Câmara dos Deputados.



**DÍVIDA INTERNA E EXTERNA.** A curto prazo é importante estimular o alongamento do perfil de vencimento da dívida interna, bem como reduzir o custo de seu serviço. Pretendemos viabilizar um processo negociado e voluntário para o alongamento do perfil da dívida, para que não tenhamos mais uma vez medidas unilaterais e compulsórias por parte do po-

# para a crise econômica

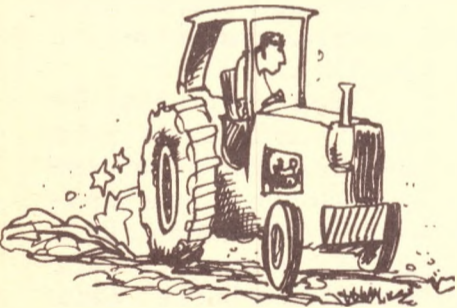
do longo documento "Diretrizes para um pelo Diretório Nacional do PT em novembro de 1992.

der público que alteremos prazos e as condições de remuneração dos atuais títulos de dívida.

O PT sempre defendeu a suspensão do pagamento da dívida externa e a realização de uma auditoria como instrumento básico de resolução do problema da dívida externa brasileira.

O novo governo deve exigir imediatamente a renegociação da dívida externa, subordinando a negociação às exigências do processo de estabilização e retomada do crescimento. Não havendo disposição de negociação por parte dos bancos credores, o governo não tem outra alternativa que não seja suspender o pagamento da dívida.

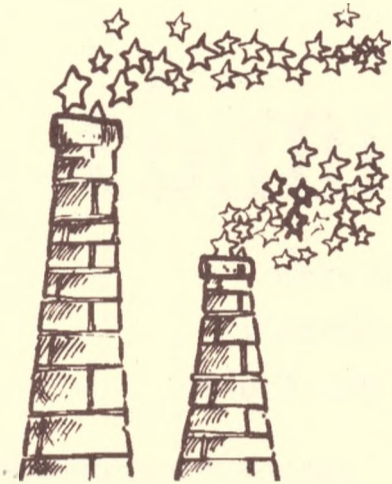
A rescisão da negociação externa necessita de um amplo apoio interno. Assim, é importante que o Senado amplie o escopo da lei que protege nossas reservas de divisas. Hoje, interrompem-se os pagamentos externos apenas quando as reservas ameaçam refluir para valor inferior a um terço das importações anuais. Deve-se ampliar este limite e, ao mesmo tempo, introduzir-se outro, destinado a garantir a estabilidade financeira: os pagamentos externos também seriam interrompidos caso as reservas em divisas tornem-se insuficientes para cobrir uma certa porcentagem da dívida pública.



**POLÍTICA AGRÁRIA.** A falta de estímulo do governo à dinamização da produção agrícola somente não resultou num colapso de abastecimento e numa pressão inflacionária adicional porque nos últimos anos a população brasileira reduziu seu consumo alimentar. A recuperação gradual do poder de consumo da população trabalhadora deve ser acompanhada pela elevação da produção e produtividade agrícolas, por meio de medidas que permitam o financiamento das safras, armazenamento e comercialização adequados, garantidos, também por política de preços mínimos e de estoques reguladores.

O atraso que se verifica no campo brasileiro exige uma reforma agrária que garanta o aumento de produtividade e o acesso à terra a um grande número de trabalhadores ru-

rais que hoje não têm como produzir. Seu assentamento contribui para a erradicação da fome, a democratização da propriedade, o estancamento do êxodo rural e a transformação dessa população em cidadãos no exercício de seus direitos.



**POLÍTICA INDUSTRIAL.** Do ponto de vista estrito da política industrial, é necessário que haja de imediato uma reversão da forma de atuação do governo Collor, que vinha promovendo um ajuste liberal passivo, baseado apenas na abertura às importações. Essa orientação promovia o sucateamento progressivo de parte importante do parque industrial nacional, sem criar um horizonte efetivo de crescimento para os demais setores.

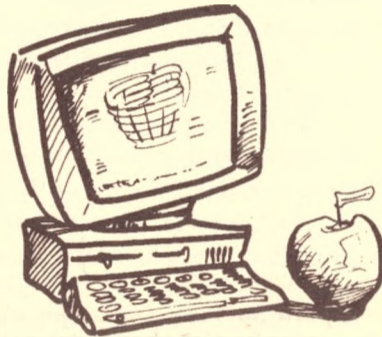
Cabe formular e implementar uma política ativa, negociada nas câmaras setoriais.

A política de privatização necessita ser amplamente revista, inclusive os processos em curso. A privatização deve deixar de ter um caráter de mera troca patrimonial de moedas podres por ativos improdutivos e passar a ser parte integrante da política industrial. A experiência recente da VASP é o exemplo mais gritante da necessidade desta articulação. Antes de prosseguir com o processo de privatização, é necessário definir quais são os setores estratégicos que devem permanecer sob controle estatal, bem como quais são as restrições à atuação privada que devem ser colocadas na privatização ou na concessão de serviços públicos em setores em que prevaleçam condições monopolistas ou oligopolistas.

Em seguida é preciso integrar as privatizações à política industrial, condicionando a vendas das empresas à assunção de compromissos de investimento, geração de empregos e capacitação tecnológica por parte dos compradores, instituindo-se mecanismos que tornem oneroso o descumprimento de tais

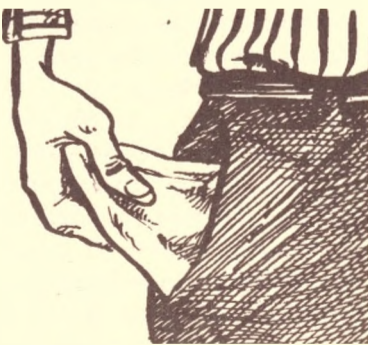
metas. É necessário que o uso de títulos públicos nos leilões seja limitado e condicionado à apropriação integral do deságio de mercado pelo estado.

Por fim, impõe-se uma política decidida de aumento da eficiência das empresas estatais, para a qual podem contribuir instrumentos como os contratos de gestão e a criação de instâncias públicas - reunindo representantes do estado, do empresariado e dos trabalhadores - de controle da lisura na administração do setor produtivo estatal e de definição de prioridades para sua atuação, evitando sua subordinação a interesses privados fragmentados, imediatista e desvinculados de qualquer projeto nacional.



**CIÊNCIA E TECNOLOGIA.** Propõe-se a constituição de uma Câmara Setorial de Ciência e Tecnologia, com representantes do governo, da área científica e tecnológica, do empresariado e dos trabalhadores, com a finalidade de acompanhar a execução e ajustar programas de Ciência e Tecnologia.

Os programas de Ciência e Tecnologia devem considerar a necessidade do estímulo à pesquisa básica. Deve-se dar uma atenção particular à legislação de marcas e patentes internacionais e à exclusão da biodiversidade e o patrimônio genético da apropriação privada.



**DESEMPREGO E SALÁRIO.** A curto prazo, uma vez obtido um reforço fiscal de emergência, deve-se retomar o investimento e o financiamento público em infra-estrutura e na construção civil para alavancar o crescimento.

A política social deve abandonar o cunho assistencialista e priorizar a educação básica e profissional,

bem como a saúde, através de uma maior integração entre as esferas federal, estadual e municipal.

A recuperação do emprego deve ser vinculada à recapacitação profissional, através de programas voltados aos desempregados, financiado com os recursos disponíveis - e destinados a esse fim - do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). O estímulo à expansão do emprego e à formalização do mercado de trabalho pode derivar da redução seletiva das contribuições sociais de micro e pequenas empresas em setores com elevado potencial de absorção da mão-de-obra. Na mesma perspectiva, o BNDES deveria abrir uma linha especial de financiamento ancorada em parcela das reservas cambiais, no valor aproximado de US\$ 2 bilhões, para micro, pequenas e médias empresas.

O novo governo deve ter um compromisso efetivo com a introdução do contrato coletivo de trabalho nacionalmente articulado.

O contrato coletivo exige um novo código do trabalho, que redefina o papel do dissídio coletivo e da justiça do trabalho, entre outros mecanismos da CLT que impedem o avanço das negociações diretas entre empresários e trabalhadores.

Deve haver um compromisso de recuperação do poder de compra do salário mínimo desde o início do programa de emergência.

A política de salário mínimo deve assegurar um crescimento real progressivo, dentro de uma perspectiva de longo prazo, como pretendia a política da cesta básica proposta pelo PT no início de 1991.

## CPI DA VASP EM PARAFUSO

A votação da CPI da VASP confirma a idéia de que houve um arranjo para que não se progredisse nela nem na da NEC. O presidente da primeira era do PMDB e o seu relator, do PFL; na segunda a fórmula se inverte: presidente do PFL, relator do PMDB. O relator (deputado Pedro Correia, PFL-PE) da CPI da VASP desconsiderou os relatórios das subcomissões instaladas: a de Bancos, a Fiscal e a Jurídica. Esperava-se essa incorporação, porque os relatórios parciais apontavam uma série de aspectos comprometedores na negociata. Ao invés disso, o relator apresentou um relatório "róseo", e foi-se a votação. Deu empate, seis a seis. Mas o voto do relator vale dois, ou seja, deu sete a seis pró-relator.

Os seis deputados que votaram contra o relator reuniram os dados dos relatórios parciais num relatório alternativo e acrescentaram-lhe uma parte de conclusões. São eles Tuga Angerami (PSDB-SP), Luiz Gushiken (PT-SP), Luiz Salomão (PPT-RJ), Pedro Pavão (PDS-SP), Ivan Buriti (PRN-PB) e Waldemar Costa (PL-SP). A grande conclusão é a de que os bens da VASP foram subestimados e os de Canhedo valorizados, além de ilegalidade várias, entre elas a do governo do estado "ter dado em garantia o Fundo de Participação do Estado no contrato de refinanciamento das dívidas da VASP, mantendo apta a cessão do controle acionário da empresa à iniciativa privada". E mais, diz o relatório alternativo, vícios na divulgação de informações e pareceres pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional redundaram na eliminação de concorrentes de Wagner Canhedo. Além disso, houve negligência por parte dos órgãos públicos encarregados da privatização, que sabiam da precariedade das condições de Canhedo.

O resultado da votação deu fôlego à dupla Orestes-Canhedo, mas o fôlego pode ser curto, há inquéritos em curso, e a Procuradoria Geral da República possui todos os dados e elementos para abrir processo contra os dois.

— Prestem atenção! Vamos mostrar como funciona o Ajuste.



O senador Eduardo Suplicy ainda objetou. Mas todos os demais membros da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado calaram-se quando o ministro Gustavo Krause e o negociador oficial Pedro Malan defenderam, no dia 25 de novembro, o acordo de renegociação da dívida externa do Brasil com os credores privados firmado no governo Collor de Mello.

Além de equivaler a uma evidente concessão às pressões dos credores, que jamais aceitaram a condição de moratória parcial em que o país se encontrava desde o final do governo Sarney, o acordo não trará qualquer ganho material significativo, revela a análise preparada pelo economista Paulo Nogueira Batista Jr. a pedido do senador Suplicy, e à qual Brasil Agora teve acesso. Negociado numa conjuntura marcada pelo início do processo de impeachment, o acerto ampliará substancialmente, se aprovado, as remessas de dólares ao exterior. De quebra, ajudará a manter os mecanismos internos que transferem renda para os mais ricos, agravam o encalçamento financeiro do Estado e alavancam a inflação.

**CONCESSÕES SUBSTANCIAIS.** A renegociação sobre a qual os senadores deverão se pronunciar nos próximos dias, explica o documento de Paulo Nogueira, abrange 49 bilhões de dólares - cerca de 37% da dívida total. E o rearranjo, que envolve basicamente a troca de títulos da dívida antiga por outros, com algumas cláusulas de desconto, foi feito numa conjuntura a princípio favorável aos países devedores. Há cerca de dois anos as taxas de juros para empréstimos denominados em dólares - a esmagadora maioria, no caso brasileiro - têm recuado sistematicamente. Estão agora abaixo dos 4% ao ano, depois de beirarem os 15%, há pouco menos de uma década.

O acordo em debate, no entanto, foi combinado no início de julho, quando se avolumavam no Legislativo os sinais de que a contestação ao mandato de Collor poderia deslanchar. Interessado em criar um fato político que restaurasse seu prestígio entre as classes dominantes, o governo fez concessões numerosas e substanciais aos credores.



Krause: submissão aos credores e previsões irreais

## DÍVIDA EXTERNA

# Herança assumida

Os ministros do governo Itamar avalizam a renegociação melancólica da dívida externa promovida por Collor

**RESERVAS COMPROMETIDAS.** Uma delas foi aceitar que, como tem ocorrido desde o lançamento do chamado Plano Brady, os descontos "oferecidos" pelos credores incidam sobre uma parte limitada dos débitos. Segundo os cálculos de Paulo Nogueira e sua equipe, a redução da dívida poder ser estimada em 16,3% do total renegociado - muito menos que os 35% alardeados pelo próprio Collor em discurso em cadeia nacional de rádio e TV em 9 de julho. Como o montante envolvido na negociação é apenas uma parcela da dívida total, o desconto obtido equivale a pouco mais de 6% dos compromissos externos.

Além disso, é preciso considerar que a contrapartida dos descontos é a imobilização de parte das reservas de divisas do país, que ficam à disposição dos credores, a título de garantias. O governo estima que serão imobilizados imediatamente 1,6 bilhão de dólares. Paulo Nogueira avalia que este total poderá chegar a US\$ 3,6 bilhões em dois anos, ou "nada menos que 20% das reservas atuais". O financiamento dessas garantias, diz o documento preparado pelo economista, "envolverá a contratação de novas dívidas externas", sobre as quais incidirão evidentemente juros.

**PAGAMENTOS TRIPPLICAM.** Por fim, conclui Paulo Nogueira, a aprovação do acordo pelo Senado, implicará "em pagar mais de US\$ 1,5 bilhão aos bancos estrangeiros em novembro e dezembro", a título de juros atrasados. E, implementado o acordo, os desembolsos anuais irão pular dos atuais 600 milhões de dólares para quase US\$ 2 bi, a partir de 93. Mais uma vez, é preci-

so ressaltar que tais pagamentos visam saldar os compromissos relativos a apenas uma parcela da dívida total.

Em outra parte de seu documento, o economista que assessorou o senador Suplicy procura projetar as consequências da aprovação do acordo no plano interno. Ele aborda em especial o comprometimento financeiro do Estado brasileiro, e as caudalosas transferências de riqueza para os grandes grupos econômicos credores do Tesouro, através do pagamento de juros internos. E toma como base a polêmica que sustentou contra os membros da equipe econômica do governo anterior em abril deste ano, por contestar avaliações ultra-otimistas a respeito dos efeitos domésticos do pagamento da dívida externa.

A tabela abaixo ilustra este debate. Os ministros de Collor alardeavam, em primeiro lugar, que seriam capazes de gerar um vultoso superávit primário, conceito que equivale à diferença entre o total arrecadado através de impostos e as despesas não financeiras do setor público. O superávit chegaria a 3% do PIB (ver item 1.1), fruto de um corte expressivo de gastos estatais. Garantiam, além disso, que o crescimento da dívida interna, através do qual o Estado financia seus compromissos financeiros, ficaria limitado a 1,5% do PIB (ver item 1.3).

Os cálculos de Paulo Nogueira eram inteiramente distintos. Ele afirmava que o superávit primário não passaria de 1% do PIB. E dizia que o crescimento da dívida interna seria equivalente a 3%.

**PROBLEMAS INTERNOS.** Os resultados comprovaram inteiramente seus temores, e pre-

alardeiam maior "respeito à legalidade fiscal" - sonogam 3 de cada 4 cruzeiros que deveriam recolher ao Fisco. E revelou que o prejuízo total causado ao Estado pela fúria sonogadora deverá atingir, apenas este ano, cerca de 13 bilhões de dólares.

### SONEGAÇÃO E FAVORECIMENTO.

Como se não pagar impostos fosse pouco, os grandes grupos econômicos beneficiaram-se de transferências reais de recursos feitas pelo Tesouro. Credores do Estado, eles receberam, apenas a título de pagamentos da dívida interna, o equivalente a 4% do PIB (ver item 2.3), ou algo como 16 bilhões de dólares. Beneficiaram-se, em essencial, de uma política monetária que elevou os juros reais a algo como 25% ao ano, cinco vezes mais altos que os pagos no exterior.

As expectativas lançadas por Gustavo Krause e Pedro Malan para 93 são otimistas, assim como eram as do ex-ministro Márcio Moreira. Na discussão com a Comissão de

### OS CÁLCULOS DO GOVERNO E OS DE PAULO NOGUEIRA (em % do PIB)

Discriminação	Estimativas da capacidade de pagamento do Setor Público (projeção para 1992)		
	Abril 1992		Estimativa
	Oficial	Alternativa	Atual
1. FONTES	5,40	4,90	6,77
1.1. Superávit Primário	3,00	1,00	-0,73
1.2. Financiamento Externo	0,90	0,90	1,12
1.3. Financiamento Interno	1,50	3,00	6,38
2. USOS	6,90	7,90	9,27
2.1. Acumulação de Reservas	0,50	1,20	3,10
2.2. Obrigações da Dívida Externa	2,30	2,30	2,17
2.3. Juros da Dívida Interna	4,10	4,40	4,00
3. SENHORIAGEM (2 - 1)	1,50	3,00	2,50

Observação: Dados sujeitos a retificação.

cisam ser estudados em detalhes, porque ajudam a revelar de que forma algumas classes sociais acabam se beneficiando do comprometimento financeiro do Estado. O suposto superávit primário transformou-se, na prática, num déficit igual a 0,73% do PIB.

A causa essencial, estima o economista, foi uma forte queda de arrecadação, provocada em parte pela recessão, mas principalmente por um movimento nítido do empresariado em direção à contestação judicial de certos impostos e contribuições sociais, ou à sonogação pura e simples. Uma pesquisa divulgada dia 27 pela Receita Federal parece confirmar a análise. Ela demonstrou, agora com dados muito precisos, que as grandes empresas nacionais e estrangeiras estabelecidas em território nacional - exatamente aquelas que

Assuntos Econômicos do Senado, eles previram um superávit primário igual a 4% do PIB, e uma redução da dívida interna equivalente a outros 2%.

Com a autoridade que lhe deu o acerto das previsões anteriores, Paulo Nogueira contesta: "nada disso parece plausível". Estima que, a menos que ocorra completa revisão da política econômica, o superávit primário chegará no máximo a 1% do PIB, entende que a dívida interna voltará a crescer, e crê que só para fazer frente aos juros reais pagos a seus credores o Estado gastará o equivalente a 2,97% do PIB. Conclui que diante disso "o que se pode esperar para o ano que vem é uma taxa de inflação semelhante à desse ano, da ordem de 1.100%, ou 23% ao mês".

ANTÔNIO MARTINS

## FÉRIAS EM FLORIPA

Atenção: se você quer passar as férias em Florianópolis, pode conseguir casas e apartamentos com bons preços e ainda por cima ajudar as finanças do PT em Santa Catarina. Os contatos podem ser feitos imediatamente, pelo fone (0482) 22-5439, com Adauto, Leonardo ou Lúcio. Eles estão agenciando os imóveis para locação nesta temporada.

# O labirinto das reformas

Vários nós terão que ser desatados para que as reformas políticas resultem em ampliação da democracia no Brasil

Para quem quer se situar no complexo debate sobre as reformas políticas em curso, é preciso partir da noção de que as diferenças entre propostas do conservadorismo e das forças democráticas e populares nem sempre estão claras. Por vezes, as pegadas cruzam-se, apagam-se ou aparentemente se confundem.

No vácuo do cenário do país pós-impachment, em meio às pressões da crise e às incertezas quanto ao futuro, as diferentes forças políticas estão de fato sondando seus projetos de democracia para o país.

**SOBREVIVÊNCIA DOS PEQUENOS.** O primeiro round das votações refere-se aos temas da Lei Orgânica dos Partidos. Há dois projetos em tramitação: um, no Senado, do relator José Fogaça, e outro, na Câmara, do relator João Almeida.

O ponto mais polêmico é o da incidência da nova legislação sobre os chamados pequenos partidos. O projeto João Almeida prevê que para permanecer funcionando e garantir representação parlamentar um partido necessita obter 5% dos votos válidos para a Câmara, com um mínimo de 2% em pelo menos nove estados. Perde o registro o partido que não alcançar o *quorum* mínimo de duas eleições seguidas. Já o projeto José Fogaça requer 3% do total de votos, com pelo menos 1% em cinco estados.

Como um torpedo ele atinge onze partidos que elegeram, ao todo, 73 deputados em 1990. Entre eles, partidos de tradição como o ex-PCB (PPS), PCdoB e o PSB. Uma frente formada para defender os pequenos partidos não admite que a representação parlamentar e muito menos o registro legal estejam atrelados a percentuais eleitorais.

O Diretório Nacional do PT decidiu apoiar no fundamental a reivindicação dos pequenos partidos. Na opinião petista não deverá haver cassação de registro de partido por causa do seu número de votos para a Câmara de Deputados. Este indicador valeria apenas para regular a participação do partido no fundo partidário, na utilização da infra-estrutura da Câmara e no acesso ao tempo da Justiça Eleitoral no rádio e TV. Teriam acesso ao Fundo Partidário apenas os partidos que obtivessem 1% do eleitorado nacional nas eleições para a Câmara dos Deputados.

Entre as principais novidades propostas pelo PT, na opinião do dirigente da executiva nacional, Perseu Abramo, estão a criação do Fundo Partidário e a ênfase nos mecanismos da fidelidade partidária.

A criação do fundo partidário viria combinada com o fortalecimento de mecanismos de fiscalização e controle sobre as finanças dos partidos.

As doações de pessoas físicas teriam limite máximo de 200 salários-mínimos. As doações de pessoas jurídicas teriam limite máximo de 400 salários-mínimos e não implicariam em desconto do Imposto de Renda, como ocorre hoje. Haveria uma garantia de 5% das verbas do Fundo Partidário a todos os partidos; o restante seria distribuído de acordo com alíquotas, tendo como base o número de votos obtidos para a Câmara dos Deputados.

A nova legislação partidária permitiria a cassação do mandato do parlamentar que trocasse de partido, a partir da recomendação do seu partido de origem à Justiça Federal.

**CONSENSOS E POLÊMICAS.** No plano das reformas eleitorais - avaliadas como básicas para o exercício democrático tanto do presidencialismo como do parlamentarismo - é possível identificar duas coincidências no campo popular e progressista e um ponto importante de polêmica no PT.

Vê-se como central o restabelecimento da proporcionalidade - um cidadão ou uma cidadã um voto - para a composição da Câmara. Enquanto o estado de São Paulo suporta hoje um déficit de 51 deputados em relação ao que deveria ter caso fosse respeitada a proporcionalidade, os estados do norte, especialmente Rondônia, Acre, Amapá e Roraima, por exemplo, usufruem um superávit de 24 deputados. Outro ponto de encontro é o da extinção ou revisão do pa-



## A CRÍTICA DO PARLAMENTARISMO

(SEGUNDO SANDRA STARLING)

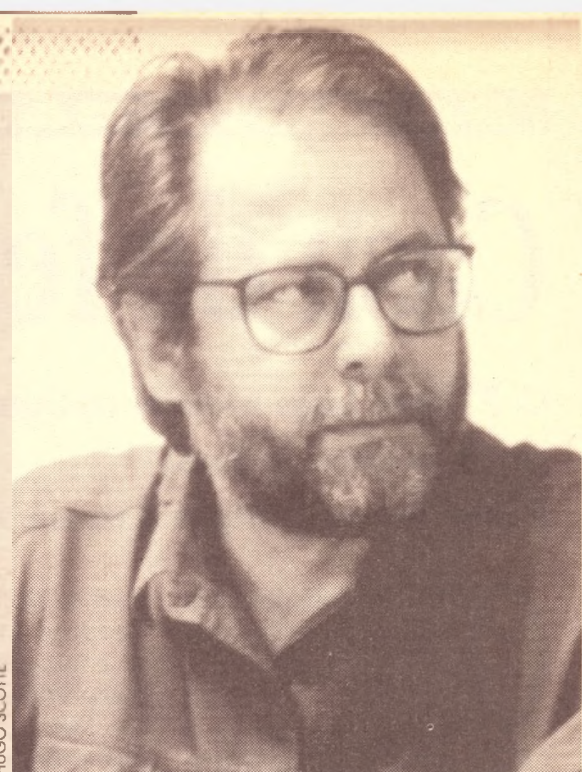
1. O parlamentarismo substitui a soberania popular na escolha do chefe de governo, atribuindo este papel às elites.
2. O parlamentarismo tende a concentrar a atividade legislativa e executiva, impedindo que haja espaço para um saudável conflito entre os poderes.
3. O parlamentarismo tende a gerar uma bipolarização partidária, dificultando a expressão das minorias.
4. O parlamentarismo vem em geral combinado com adoção de algum tipo de voto distrital, que despolitiza e reforça o clientelismo.

## A CRÍTICA DO PRESIDENCIALISMO

(SEGUNDO JOSÉ DIRCEU)

1. O presidencialismo tende a fortalecer o mandato imperial e messiânico.
2. O presidencialismo dificulta a participação da sociedade organizada no governo.
3. O presidencialismo cria uma tendência a submeter o legislativo à vontade do presidente.
4. O presidencialismo inviabiliza uma política de acúmulo de forças e de construção de alianças.

HUGO SCOTTE



pel do Senado como casa revisora das decisões da Câmara Federal, limitando os seus poderes atuais em matéria financeira, orçamentária e tributária.

A polêmica no PT concentra-se na adoção ou não do sistema distrital misto, referenciado no modelo alemão, que é defendido por expressivo número dos que optam pelo parlamentarismo.

Por este sistema, parte dos deputados é eleito nominalmente pelo voto distrital majoritário mas outra parte corresponde à lista fechada apresentada pelos partidos.

**POMO DA DISCÓRDIA.** Praticamente

todos os partidos apresentam algum tipo de divisão quanto à opção do sistema de governo. Há presidencialistas e parlamentaristas de todas as cores.

OPT, com um plebiscito entre seus filiados marcado para 14 de fevereiro, tem as suas principais lideranças profundamente divididas quanto à questão. De acordo com a deputada Sandra Starling (PT-MG) - pessoalmente alinhada com o presidencialismo - a adesão a esta forma de governo já conta com o apoio de dezoito deputados da bancada federal petista. O deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ) foi escolhido como porta-voz dos petistas presidencialistas, que têm promovido uma intensa articulação pública de suas posições, inclusive com o lançamento de um manifesto.

Os parlamentaristas petistas estão protagonizando a formação da Frente Democrática Parlamentarista em aliança com o PCdoB, PSB, PV e também a Convergência Socialista, que tomaram definição pelo parlamentarismo. A criação da frente corresponde à necessidade, segundo José Dirceu, de vincular a defesa do parlamentarismo às reformas políticas que alterem profundamente a atual estrutura partidária e eleitoral brasileira.

As diferenças no interior do PT, mesmo que importantes, não devem ser no entanto superestimadas. Os parlamentaristas petistas continuam defendendo a eleição direta para a presidência, a qual conservaria mais poderes do que os que em geral são atribuídos ao chefe de Estado (presidente).

Os presidencialistas petistas, por sua vez, admitem a transferência de mais poderes para o parlamento, desde que democratizado.

JUAREZ GUIMARÃES

## TRÊS PEDRAS NO CAMINHO

**H**á três razões de fundo que dificultam a clara delimitação dos interesses em jogo no debate que se trava sobre as reformas da Lei Orgânica dos Partidos, na legislação eleitoral e na definição do sistema de governo.

A discussão sobre as opções de aperfeiçoamento e construção da democracia política no país aparecem, em primeiro lugar, desvinculados de problemas estruturais do país. O enfrentamento da concentração da propriedade, da renda, do acesso à cultura, dos meios de comunicação tem ficado à margem do cardápio das receitas que alimentarão a cidadania no novo regime político. Não é surpreendente, por isso, que os temas da cidadania ativa - como, por exemplo, a prática dos referendos, plebiscitos e iniciativa popular na proposição de leis, previsto na Constituição mas ainda não regulamentados - estejam secundarizados na pauta em favor do debate das diferentes formas de representação.

Em segundo lugar, a forma como está sendo encaminhada a votação das mudan-

ças favorece a emergência de casuísmos conservadores. A agenda das definições sobre a Lei Orgânica dos Partidos está sendo encaminhada para votação no Congresso antes das decisões sobre a legislação eleitoral; estas, por sua vez, também serão tratadas independentemente da forma de governo - presidencialismo ou parlamentarismo -, que aliás será decidida pelo voto no plebiscito de 23 de abril de 1993. Em particular, a votação sobre sistema de governo sem a anterior definição das reformas políticas eleitorais estabelece uma imprevisibilidade desconcertante.

Além disso, a amplitude da democracia do voto em urna no plebiscito contrasta com a ratificação do poder decisório do Congresso, eleito no auge do governo Collor e com uma composição nitidamente conservadora.

Corre-se o risco de se definir a forma do sistema de governo no atacado, pelo voto em urna, e o seu recheio no varejo das composições casuísticas e fisiológicas no Congresso.





# Um fraco desempenho

PCdoB, PC e PPS (ex-PCB) ficaram  
aquém das expectativas  
nas eleições municipais

**A** overdose anti-comunista estampada em toda a imprensa depois da queda do Leste europeu fez efeito nestas últimas eleições: o desempenho eleitoral do PCdoB e, principalmente, do PC foi bem inferior ao que era esperado pelos dois partidos.

Mas a onda do "socialismo é coisa do passado" não explica tudo. Porque os ex-comunistas do PPS, o Partido Popular Socialista, que logo aderiu a essa máxima, foram os maiores derrotados em outubro. Quando abdicaram da ideologia, nome e símbolo do antigo PCB, Roberto Freire e seus seguidores organizaram-se para criar um partido viável eleitoralmente. O objetivo era eleger mais de duzentos parlamentares. O resultado - 38 vereadores no Brasil inteiro (segundo Francisco Almeida, da Direção Nacional) - foi decepcionante.

O PPS elegeu vereadores em apenas três capitais: Belém (Arnaldo Jordy), Porto Alegre (Lauro Haggemann) e Recife (Valdemar Borges, que só entrou quando aumentou o número de vereadores na Câmara). Em São Paulo, por exemplo, onde o partido apostava grande parte de suas fichas, nenhum candidato foi eleito. O vereador Luís Carlos Moura, eleito em 1988 pela legenda do PCB, conseguiu pouco mais de dois mil votos na coligação com o PMDB, ficando longe da reeleição. Os dezessete vereadores eleitos no interior do estado ficaram por conta da recém-sociedade firmada com João Hermann, ex-prefeito de Piracicaba. No Rio, onde o partido tinha dois vereadores, nenhum desta vez foi eleito.

**ÚNICO PREFEITO.** "Pela primeira vez no Brasil os comunistas (sic) elegeram um prefeito de capital, o deputado estadual Sérgio Grandó, em Florianópolis-SC", disse Chico Almeida. A eleição de Grandó foi realmente o maior feito do PPS



Grandó (à direita), um comunista bem sucedido

- em coligação com PT, PCdoB, PC, PSB, PDT, PSDB e PV - nestas eleições, mas pouco representativo do que possa significar a influência real do partido. Porque mesmo com a vitória tranquila do candidato a prefeito nenhum vereador da sigla foi eleito. O que pode ser explicado, em parte, pelo fato de Grandó não ter sido prontamente identificado com o novo partido, já que foi dos últimos a se definirem entre PC e PPS.

O PC, por sua vez, elegeu apenas um vereador, o histórico Paulo Cavalcanti, em Recife. O candidato do partido em

São Paulo, o médico Paulo Gnecco, obteve 5.200 votos na coligação Partidos do Povo (PT-PCdoB-PC-PSB) e não se elegeu, contrariando a expectativa dos dirigentes da capital. "Nosso principal objetivo era reorganizar o PC no município. Consideramos o resultado obtido satisfatório, pois em menos de sete meses conseguimos mais de cinco mil votos, mais dois mil de legenda", justifica Maria Elizabete, a Bete, da executiva nacional do Partido Comunista. Mas ainda que se considere o pouco tempo de reorganização do partido após

a divisão do PCB em PC e PPS, e o fato de a questão eleitoral não ser prioridade para os comunistas, a derrota nas urnas deve ser avaliada em profundidade pelo partido.

O PCdoB saiu-se melhor. Elegeu 53 vereadores, marcando presença em quase todas as grandes cidades. Nas prefeituras, o partido não levou nada, apesar de concorrer com candidato próprio em várias cidades. Em princípio, a posição dos comunistas do PCdoB é a de não concorrer a cargos majoritários: "Cria confusão na cabeça do povo ter um prefeito comunista que, no entanto, não pode colocar seu programa de amplas reformas em prática", explica Renato Rabelo, vice-presidente do partido.

**EXCEÇÕES SEM SUCESSO.** Mas como a toda regra correspondem algumas (ou várias) exceções, o PCdoB lançou candidato a prefeito em Belém, Caxias do Sul, Joinville, Mogi-Guaçu e outras cidades menores, além de um número expressivo de vice-prefeitos - a vice eleita de Natal-RN é do partido. Quanto às derrotas, difícil encontrar uma explicação única. Em Belém, por exemplo, há quem diga que a pequena votação obtida por Socorro Gomes à prefeitura deveu-se ao apoio do governador Jader Barbalho e a uma coligação considerada um pouco "ampla" demais - PCdoB, PC, PPS, PMDB, PTB, PST e PV. Mas em Mogi-Guaçu aconteceu exatamente o inverso: o PCdoB lançou candidato tipo "esquerda pura", em coligação com PT e PSB. O médico Dênis Carvalho estava em primeiro lugar nas pesquisas e, às vésperas do pleito, foi vítima de uma feroz campanha anti-comunista. Acabou em terceiro.

A avaliação do PCdoB, apesar de tudo, é de que o resultado foi positivo. Como pontos favoráveis apontam a eleição da vereadora mais votada da coligação em Porto Alegre, Maria do Rosário, e o segundo mais votado da sua coligação no Rio de Janeiro, o vereador Edson Santos.

Justificativas à parte, este não foi, com certeza, o ano dos comunistas. Paradoxalmente, no momento em que o povo foi às ruas exigir o "Fora Collor", e as mudanças, o desempenho dos candidatos comunistas foi, se muito, regular. É provável que os setores mais moderados da esquerda tenham conseguido captar melhor o sentimento popular. Pelo menos desta vez.

TARCÍSIO MANTOS

## PSB

### VENCENDO OLIGARQUIAS

**O** Partido Socialista Brasileiro (PSB) ganhou em todo o país 63 prefeituras, inclusive as de Natal e São Luís, e 515 vereadores nestas últimas eleições. Nas capitais, o PSB elegeu vereadores em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza, Belém, Manaus, Porto Velho e Macapá. Em Maceió, onde o PSB tem grandes chances de eleger o prefeito, a coligação não atingiu o coeficiente eleitoral mínimo e não terá vereadores.

No estado de São Paulo, o PSB passará dos 83 vereadores atuais para os 69 eleitos em 3 de outubro.

Edmundo Carlos é o vice de Ângela Guadagnin, do PT, em São José dos Campos, onde a Frente Brasil Popular venceu o PTB, a direita e a fraude armada contra a coligação. Ainda em coligação com o PT, em Belo Horizonte, foi eleito o deputado Célio de Castro para vice de Patrus Ananias.

Em Volta Redonda (RJ), Paulo César Baltazar venceu as eleições, tendo Glória Amorim (PT) como vice. A coligação PSB-PT derrotou a direção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Força Sindical, recém eleita para o sindicato dos metalúrgicos. Já em Natal, Aldo Tinoco derrotou a família Alves (PMDB) no segundo turno por uma margem de votos menor que 1%.

Em Macapá, capital do Amapá, o PSB elegeu Cláudio Pino para vice na chapa do PSDB.

Conceição Andrade, advogada, candidata da Coligação União da Ilha, venceu as eleições em São Luís, capital do Maranhão, derrotando no segundo turno o ex-governador João Alberto, candidato do PFL, apoiado pelo governador Edson Lobão e José Sarney.

Em Maceió, o vereador Ronaldo Lessa, da coligação Maceió Popular, tendo Heloísa Helena (PT) como vice, derrotou no primeiro turno os representantes das famílias tradicionais alagoanas, Teotônio Vilela Filho (PSDB), governador Geraldo Bulhões e Guilherme Palmeira. Na capital alagoana serão realizadas eleições suplementares em algumas seções em virtude das denúncias de fraude. O segundo turno será realizado no início de 1993, após as eleições suplementares do primeiro turno.

ALDO ESCOBAR

IVANA JINKINGS

## EM DEFESA DE ITAMAR

**C**alma, leitor amigo. Não, não aderi à tese da governabilidade absoluta. Nem me conto entre aqueles que acham que devemos ir aos cargos do governo. É verdade que também não me acho entre a turma do "Fora Itamar", nem entre os do grupo "Fora todo mundo", muito menos na tendência do "eu sozinho". Estou modestamente no bloco dos que esperam que o governo Itamar não naufrague em suas contradições, porque isso seria péssimo para o país e ruim para a esquerda. Gostaria que tivesse algum topete para enfrentar minimamente o desvario neoliberal e a sacanagem privatista que assola o país. Tenho dúvidas de que terá, mas no aeroporto das minhas desilusões a esperança é sempre aquela que fica para trocar a lâmpada, caso ela queime. E acho que a governabilidade do Itamar é problema do Itamar, mesmo porque não vejo nenhum movimento político ou social de peso que tenha cacife para comprometê-la - isto porque a direita profunda deste país, aquela que tem ramificações pelo narcotráfico, os exporões da ditadura e semelhantes, também anda de fôlego curto.

Mas é que me escandaliza a deslavada campanha de nossa grande imprensa, especialmente a de São Paulo, contra o Itamar, e recorrendo a expressões desqualificadoras, tipo "pão de queijo", "populismo", comportando-se sempre de modo arrogante ou de viés no caso do presidente manifestar-se preocupado ou perplexo diante dos imensuráveis problemas sociais do país. Não se fala das indecisões ou eventual paralisia do governo: marreta-se sobre isso, em manchetes de escárnio e maldizer. Isso, além de alertar para o que será o comportamento dessa mesma velha imprensa que sonha com um "império das elites" desde a morte forçada do Getúlio, em 1954, mostra o inequívoco temor que já provocaram as tímidas iniciativas sociais deste governo - paliativas, apesar de presentes - e o verdadeiro pânico no horizonte diante das timoratas pisadas no freio na desavergonhada estrada de privatizações aberta a golpes e facadas por Fernando Collor. O temor é o de que se aponte ideologicamente que seja na direção de uma mais justa repartição de renda no país; e o pânico é de que a nossa perdulária, corrupta e corruptora iniciativa privada não possa contar com o patrimônio público a troco de banana para desencilacrar-se do pantanal recessivo e miserável em que ela mesma meteu o país.

Portanto, que Itamar governe. E Deus nos proteja.

FLÁVIO AGUIAR



# Negando tudo

Acusados em entrevista de um ex-sargento à *Veja*, dois comunistas reagem indignados

A revista *Veja* trouxe, na sua edição do dia 18 de novembro, uma grande entrevista com um ex-agente dos órgãos de repressão na época da ditadura militar, o ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto. Na entrevista, ele diz ter sido responsável pela análise comparativa entre os depoimentos colhidos dos presos sob tortura e as informações enviadas por pessoas infiltradas nas organizações de esquerda.

Considerado essencial para desvendar o destino dos desaparecidos, o depoimento do ex-sargento tratou ainda da ação dos "cachorros", os agentes da polícia entre a esquerda.

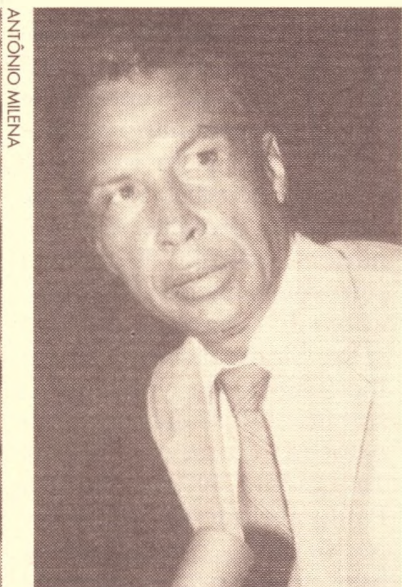
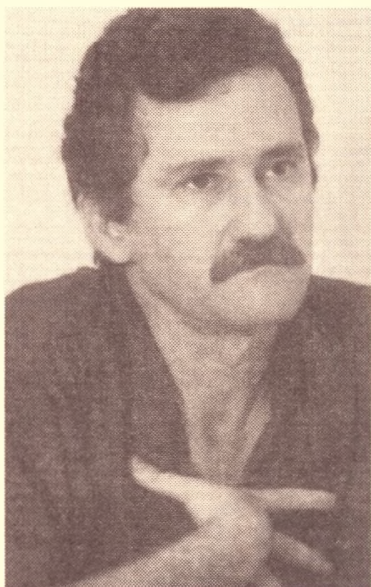
Citou cinco nomes. Diz, ter conhecido dois pessoalmente: Severino Teodoro de Mello, do PCB (hoje no PPS), e João Henrique Ferreira de Carvalho, o "Jota" da ALN. Os outros acusados são Luciano Rosa Siqueira, Hamilton França e Fiúza de Mello, todos do PCdoB.

Dos cinco, dois mantêm ainda hoje intensa atividade política e negam de forma veemente a acusação. É o caso de Mello, que é membro da direção nacional do PPS, e de Luciano, presidente do PCdoB de Pernambuco e também membro da direção nacional de seu partido.

Tanto PPS quanto PCdoB disseram que as acusações devem ser investigadas. O PCdoB deve formar uma comissão para acompanhar de perto o caso de Luciano, "até porque não queremos que pare dúvida alguma sobre um companheiro nosso", diz Renato Rabelo, da executiva nacional deste partido.

Segundo Marival, Luciano foi cooptado pela repressão depois de ter sido preso e torturado no DOI-Codi de Recife. Em função disso teria obtido uma série de regalias em sua passagem pela prisão em Maceió, além de um salário regular pela atividade de informante. O ex-sargento afirma que a ação de Luciano possibilitou a prisão de vários militantes da Ação Popular e do PCdoB.

Marival afirma também que, em 1977, o Centro de Informações do Exército abandonou os informantes e só retomou o contato com eles em 1982. Nessa segunda fase Luciano teria prestado informações sobre a atividade do PCdoB, na época ilegal, dentro do PMDB, em especial no que dizia respeito à área parlamentar.



Luciano (E) e Mello (C) movem processo contra Marival (D), que os acusou de "cachorros"

**"NÃO É VERDADE"**. Luciano refuta uma a uma essas acusações. E descreve a sua trajetória na prisão: foi detido em maio de 1974 quando esperava por um contato com Fiúza. De lá foi levado para Fortaleza, onde permaneceu três dias, tendo sido depois transferido para o DOI-Codi de Recife. Ao todo, conta ele, foram um mês e vinte e oito dias de prisão ilegal, com frequentes interrogatórios sob tortura. Luciano diz que a única coisa que abriu nesse período foi o reconhecimento do próprio nome e a sua ligação com o PCdoB. E o fez não quando o torturado era ele próprio, mas sim a sua esposa, Luci.

De lá foi levado, juntamente com sua mulher, para um presídio em Maceió, para que fosse feita a abertura do inquérito e formalizada a sua prisão junto à Polícia Federal. Na época Luciano residia na cidade de Santana do Ipanema (AL), onde trabalhava como vendedor ambulante de roupas e se fazia passar por Roberto Luís Pereira. Ele conta que permaneceu menos de duas semanas em Maceió e, ao contrário do que afirma Marival, não recebeu nenhum tratamento especial. Ele confirma que sua mulher foi transferida para a mesma cela que a sua, mas diz que isso ocorreu porque na época a polícia havia prendido um grande número de pessoas por crime comum. Luciano disse ainda que, durante os interrogatórios na Polícia Federal, admitiu ter um contato já marcado com alguém do PCdoB, mas não disse nem quando e nem com quem. O "ponto" era em São Paulo, com o hoje deputado federal pelo PCdoB da Bahia, Haroldo Lima, que de fato não foi preso nessa época.

Em agosto de 1974, Luciano foi transferido para o presídio de Itamaracá, em Per-

nambuco. E lá permaneceu até o final de 1975, quando foi absolvido. Mais tarde, ele assumiu a responsabilidade de reorganizar o seu partido na região. Em 1982 foi eleito deputado estadual pela legenda do PMDB.

Logo após a publicação da entrevista de Marival Chaves à *Veja*, 19 ex-presos políticos de Pernambuco divulgaram um manifesto de solidariedade a Luciano e de repúdio às acusações do ex-sargento.

**"É OUTRA HISTÓRIA"**. As acusações que pesam sobre o velho militante Severino Teodoro de Mello são mais pesadas. O ex-sargento chega a dizer que teve um contato com Mello quando este, amparado por uma equipe do Destacamento de Operações de Informações, preparava-se para deixar o país, em 1975. Segundo Marival, Mello teria virado informante depois de ter sido preso em 1974.

Marival diz ainda que Mello teria sido peça chave na "operação radar", uma ação articulada pelo exército com o intuito de assassinar dezenas de expressivos e experientes quadros do PCB, entre eles David Capistrano, pai do prefeito eleito de Santos (SP).

A história que Mello conta é bem outra. Ele ingressou no PCB quando do levante de 1935. Em 1960 foi eleito para o Comitê Central e sempre esteve voltado para o trabalho de organização do partido.

No início da década de 70 assumiu o "trabalho de fronteira", que consistia em preparar a saída do país de militantes que estavam sendo muito perseguidos.

**TÁXI FATÍDICO**. Melo diz que no início de novembro de 1974 esqueceu em um taxi vários documentos, inclusive um recibo de depósito de banco e vários exemplares do jornal do PCB. Foi depois desse epi-

sódio que ele começou a se preparar para sair do país, o que efetivamente ocorreu em maio de 1975. Seguiu para Moscou, de onde só retornou depois da anistia, em 1979.

*Veja* afirmou, na primeira matéria que fez sobre o assunto em maio deste ano, que Mello havia levado 40 dias para informar os seus companheiros sobre o que havia ocorrido. Não só Mello contesta essa versão como também o jornalista Fernando Pessoa, na época também membro do municipal do PCB. Fernando conta que no mesmo dia Mello foi até a redação da Revista Construção, onde ele trabalhava, avisá-lo do incidente.

Hoje, tanto Melo quanto Luciano entraram na Justiça com um processo contra o ex-sargento Marival Chaves, por calúnia e difamação. Luciano, também abriu processo contra a revista *Veja* e contra o jornalista Expedito Filho.

O advogado Iberê Bandeira de Mello assumiu a causa de Teodoro Mello. E Luis Eduardo Greenhalg a de Luciano Siqueira.

ANGELA SOARES

## DITO PELO DITO

Cachorro! No sentido de "fidelidade"? Talvez, mas no de fidelidade a um dono. O cachorro, tão cantado como fiel, na realidade é um traidor de outras espécies animais: ele ajuda o homem a dominá-las. Veja os cachorros que cuidam do gado, que ajudam a caçar aves.

Há também o xingamento. Cachorro!!! Quase sempre acompanhado do complemento "sem-vergonha".

E os "cachorros" de que a imprensa vem tratando há dias? Vale os dois sentidos: o de traidor de seus semelhantes, que ajudou o "dono" a caçar opositores, membros de organizações de esquerda. Foram "fiéis" a esses donos (seus patrões), os órgãos de repressão e tortura, entregando-lhes seus próprios companheiros. Tá certo que em troca de um "osso", o dinheiro, como os demais cachorros. E o sentido de xingamento. Sem-vergonha!!! Poderia-se complementar: imoral, canalha, bandido... Mas há quem até goste disso. O tal médico pediatra de Brasília, que entregou companheiros para serem assassinados, diz que não se arrepende. Quem pode confiar um filho ao seu tratamento? Estranho!

Os cachorros de outros tempos não se orgulharam tanto. Judas suicidou-se. Silvério dos Reis ficou tão mal-visto em Minas que teve que mudar. Foi para o Piauí e mudou até o sobrenome, que passou a ser Montenegro. Lá, uma irmã dele casou-se e mudou-se para o Maranhão, onde teve um filho chamado Luís que - ironia do destino! - se tornaria o Duque de Caxias.

Abandonar o passado e tornar-se militante de outro lado pode dar lucro. E pode-se, sendo materialista, ter certeza de que companheiros mortos na tortura, como Herzog, não estão se contorcendo em algum lugar por aí. Só não dá mais é pra falar em nome deles. Juntar-se aos que aplaudiram sua morte e dizer que esse passado deve ser esquecido tem algo de cachorro. Ô, se tem!

MOUZAR BENEDITO



## NOTÍCIAS DA ALEMANHA

**MORTES.** Subiu para 16 o número de vítimas fatais da violência neonazista neste ano na Alemanha.

Com o assassinato de uma mulher e duas crianças turcas, queimadas dentro de casa, de um jovem alemão, esfaqueado em uma estação do metrô berlinense, e de um velho, também alemão, golpeado e queimado em Wupertal, ficou demonstrado que também os trabalhadores imigrantes (6 milhões) e os próprios alemães passaram a ser vítimas do terror facista.

**AUTODEFESA.** O escritor judeu-alemão Ralph Giordano declarou, em carta aberta ao chanceler Kohl, o que já era discutido entre quatro paredes: na falta de proteção estatal, os judeus e estrangeiros devem se armar para a autodefesa.

**MADE IN GERMANY.** Queda nas exportações, no turismo e nos investimentos estrangeiros, principalmente na ex-RDA, são alguns dos efeitos colaterais do racismo que o empresariado alemão teme. Já os empresários turcos na Alemanha (35.000 empresas e 135.000 empregados) discutem a proposta de boicotar o pagamento de impostos para depositá-los em juízo, subtraindo deles parte para o pagamento de segurança privada.

**BRINCANDO COM FOGO.** Para desviar as atenções dos graves problemas econômicos e sociais, resultantes ou não da unificação, o governo elegeu a questão dos refugiados e a mudança na lei de asilo político como o problema nº 1 da Alemanha.

Alimentado por uma imprensa sensacionalista o "Asyl debate" foi o sinal verde para velhos e novos nazistas partirem para a ação.

**REPRESSÃO.** A proibição de uma organização neonazista (são dezenas em todo o país) e a maior eficiência da política e da justiça na repressão e apuração dos atentados são os primeiros resultados da pressão da opinião pública local e internacional sobre o governo alemão.

**CARLOS SANTOS**  
Berlim

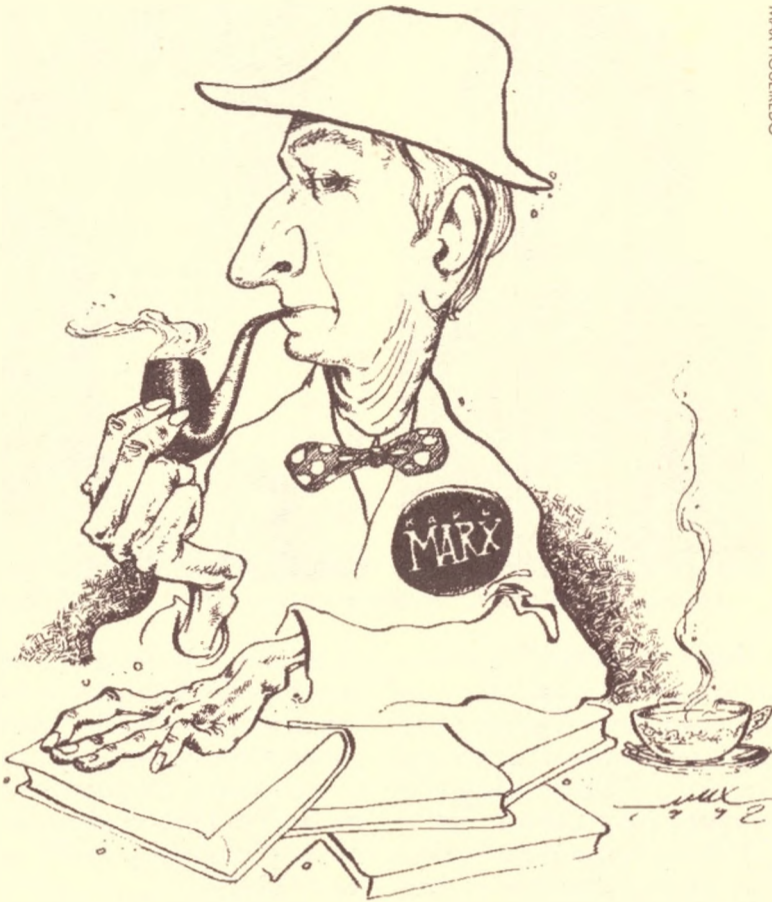
## HOBSBAWN NO BRASIL

# Um visitante ilustre

A programação reúne a Secretaria de Cultura de Porto Alegre, o Instituto Cajamar e a Unicamp.

O professor Eric Hobsbawn estará em São Paulo participando de um seminário promovido pelo Instituto Cajamar nos dias 11 e 12 de dezembro próximo. O seminário se intitula "É possível um projeto nacional", e tem o apoio do Centro de Estudos sobre Sindicalismo e Trabalho (CESIT) da Unicamp. O seminário se realiza no Sindicato dos Químicos, na rua Tamandaré, nº 348, em São Paulo, abrindo-se às nove horas do dia 11, com painel sobre "A esquerda e a questão nacional", onde são expositores o próprio Hobsbawn e o prof. Marco Aurélio Garcia, da Unicamp, secretário de Relações Internacionais do PT.

Reunindo militância e pesquisa, sempre ligado ao Partido Comunista Britânico até seu fechamento, Hobsbawn deu contribuições significativas para vencer o maniqueísmo que não raro prejudicou as análises marxistas. Mais recentemente Hobsbawn levantou teses polêmicas e instigantes - como a de que derrotar o governo Thatcher na Inglaterra, que se propôs a destruir deliberadamente os sindicatos e o trabalhismo, era uma



MAX FIGUEREDO

tarefa política tão fundamental que impunha a formação de uma frente tão ampla que reunisse mesmo os sociais-

democratas e o Partido Liberal britânico. Transposto para um plano internacional, o ponto de vista de Hobsbawn

significaria igual esforço de ampliar a frente de combate às teses neoliberais e às políticas de modernização conservadora que vêm atingindo proporções avassaladoras em muitos países do Terceiro Mundo - inclusive o nosso.

Ao mesmo tempo o pesquisador vem aprofundando sua visão dos temas do nacionalismo, a partir do seu ressurgimento nos países do Leste europeu, tendo publicado "Nações e Nacionalismo desde 1870", além de vários artigos sobre a fragmentação dos países socialistas.

Também vem discutindo a complexidade e gravidade dos problemas atuais da nova (des)ordem mundial emanada da queda dos regimes socialistas, com teses opostas à da "euforia capitalista" que se seguiu ao abalo soviético.

A vinda do prof. Hobsbawn ao Brasil também é patrocinada pela Secretaria de Cultura de Porto Alegre, onde ele desenvolverá programação específica.

## SOLIDARIEDADE

### CONTRA O MANDONISMO DOS EUA

O governo norte-americano aprovou uma aberração chamada "Lei Torriceli", impondo sanções aos países que comerciam com Cuba, às empresas norte-americanas que comerciam com Cuba (mesmo filiais de outros países) e até a países que tenham empresas que comerciam com Cuba.

O governo cubano apresentou moção à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), protestando contra essa lei que viola princípios básicos do Direito Internacional. O Brasil aprovou a moção cubana. Agora um grupo de intelectuais brasileiros mandou uma carta-aberta ao ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, pedindo uma posição firme do Brasil contra essa lei. A carta diz o seguinte:

"O governo brasileiro já condenou a Lei Torriceli, sancionada pelo governo dos EUA,

que viola gravemente a soberania de outros países, tentando retomar o espírito da finada guerra fria. É necessário agora que, coerente com essa posição e com os sentimentos de soberania do povo brasileiro, nosso governo apóie a moção cubana da posição norte-americana nas Nações Unidas, de forma clara e veemente."

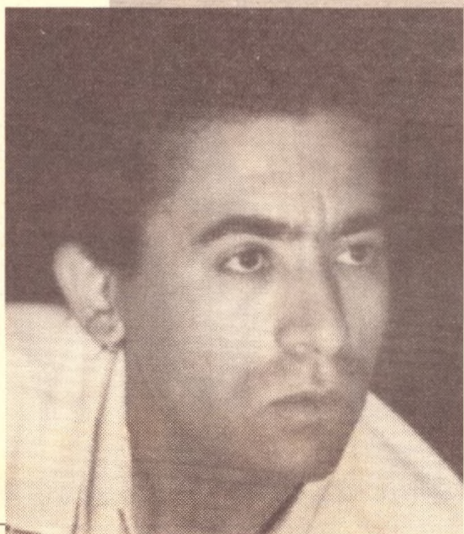
Assinam a carta-aberta, entre outros, Antonio Callado, Christovam Buarque, Luís Pinguelli Rosa, Moacir Werneck de Castro, Roland Corbisier, Chico Alencar, Emir Sader, Tania Zagury, José Flávio Pessoa de Barros, Lená Medeiros de Menezes, Tania Carvalho Netto e Maria Ciavatta Franco.

Fica aí a sugestão. Quem quiser engrossar a luta não só a favor de Cuba, mas também contra o intervencionismo norte-americano, que escreva também ao ministro.

DE EX-COMUNISTA A,  
EXCOMUNGADO E' SO'  
UM EMPREGUINHO NA  
PREFEITURA!



## Por que eu assino Brasil Agora?



A construção de órgãos de comunicação alternativa de esquerda, possibilitando enfocar a problemática social sob um olhar crítico, é fundamental para alcançar a sociedade livre e fraterna que desejamos. Por isso, todo apoio ao Brasil Agora

**Durval de Carvalho**

Metalúrgico de Campinas, membro da Executiva Nacional da CUT

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Glebe, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_

CIDADE \_\_\_\_\_

FONE \_\_\_\_\_

UF \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_

PROFISSÃO \_\_\_\_\_

- Assinatura 12 edições Cr\$ 125.000,00
- Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
- Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 250.000,00
- Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 375.000,00

**BRASIL AGORA**



Assine você também

*Faz quinze anos que lhe peço uma entrevista.*

Cada minuto que passa nos aproxima dela...

*O sr. é um símbolo de nossa época. Já fez algum exame de consciência?*

Todos os dias, a toda hora. Mas nunca quando vou dormir; se faço nesta hora, não durmo.

*As eleições nos Estados Unidos podem mudar algo em Cuba?*

Só as pitonisas da Grécia poderiam dizer algo quanto a isso. Nos Estados Unidos os políticos são muito escravos da política. À primeira vista Clinton apresenta um programa muito bom, e tem um vice-presidente que se preocupa com o meio ambiente: têm uma grande batalha pela frente.

*Algum sinal de recuperação econômica em Cuba?*

Nenhum. A situação continua grave. Fomos capazes de produzir açúcar, capazes de resistir por três anos, desde que o famoso campo socialista se dissolveu. Somos um exemplo singular na história, em termos de valentia e heroísmo. Acho que somos o país mais independente da Terra. Há algum outro mais independente do que o nosso? As dificuldades pioram a cada dia. Mas tratamos de superá-las.

*O sr. abriu a possibilidade de inversões estrangeiras em Cuba. Não teme que os Estados Unidos invadam economicamente a ilha, assim como os japoneses invadiram os Estados Unidos?*

Oxalá, quem dera. Mas não querem. Não temos capital, não temos tecnologia, não temos mercado: teríamos que fazer algum tipo de concessão.

*Qual o resultado das primeiras inversões em Cuba?*

Foi ótimo. Quem investiu recuperou o capital em três anos. As inversões funcionaram bem, principalmente no campo turístico.

**Meu filho foi destituído do cargo de responsável pelo programa de energia atômica por ineficiência. Não houve qualquer renúncia. Houve destituição.**

*Que espera das mudanças que ultimamente ocorreram em Cuba?*

O aperfeiçoamento de nosso sistema. Tentamos solucionar nossos problemas sem vender a alma. De que adianta vender a alma? Nosso sistema é mais democrático do que qualquer outro onde os partidos postulam e os partidos elegem. Em nosso país quem postula e elege é o povo. Não há eleições presidenciais. Não sou partidário desses concursos eleitorais. Penso que é a As-

sembléia Nacional que deve eleger o presidente. Na Itália, quem elege o presidente? Há países onde o chefe de estado é hereditário. Ninguém contesta o rei da Espanha, o imperador do Japão ou a rainha da Inglaterra. Quantos escolhem o presidente dos Estados Unidos? Ora, 25 ou 27% dos cidadãos.

*E o que ficou da mensagem de Guevara, de um homem novo para a América Latina?*

Tudo, tudo. Exemplos como o dele não dão em árvores. Mas nunca é tarde, quando a sorte ajuda.

**Tenho autoridade, dou minha opinião, mas qualquer presidente latino-americano tem mais poderes do que eu.**

*E o julgamento de Noriega nos Estados Unidos?*

Noriega foi quem mais colaborou com a CIA na luta contra o narcotráfico. Mas cansaram-se dele, porque se recusou a acatar ordens. Invadiram o país, seqüestraram-no, condenaram-no. O narcotráfico é uma tragédia latino-americana; os camponeses não conseguem viver de outro cultivo, como o milho. Jaime Paz já disse que o problema não é a coca. O problema é quem converte a coca em veneno.

*E os aviões dos Estados Unidos sobrevoando a Colômbia atrás de Escobar? Isso não é uma invasão territorial?*

Olha, nunca se vencerá esta guerra

sem a ajuda norte-americana. Sobretudo se eles não assumem a sua responsabilidade nela. É claro que sem se atribuir o direito à extraterritorialidade, nem ao seqüestro de pessoas além-fronteiras, mesmo se o alvo é um norte-americano que reside em outro país. É absolutamente necessário acabar com essa praga.

*E Cuba quer aproximar-se da Europa?*

Para nós convém. Espanha e Portugal podem ajudar-nos, mas são muito diferentes entre si, e de nós. A geografia nos separa, e as circunstâncias históricas do presente. Que resta, no entanto, para nós?

*Que esperava do encontro de Madri? Ficou algo por resolver?*

Tudo. Mas devo dizer que

**N**a casa que fora de seu pai, na Espanha, Fidel Castro falou a Isabel Pisano, do jornal Brecha, que Cuba deve aperfeiçoar-se sem vender a alma. Numa entrevista a um tempo descontraída e da pesada, disse que sem a ajuda e a co-responsabilidade norte-americana não se acaba com o narcotráfico.

Tradução de Flávio Aguiar.

# Fidel

me senti muito bem. Houve banquetes, tudo ótimo. Mas do sonho de Bolívar, tudo ainda está por fazer. Parece que só há banquetes. Mas nada pode nos tirar dali, de nossa condição. Quem sabe poderemos nos afastar mais dos Estados Unidos e nos aproximar um pouquinho mais do Brasil. A verdade é que estamos tão desunidos como nos tempos de Colombo. Ou avançamos em termos de unidade ou não seremos nada no futuro.

*E entrar na casa que foi de seu pai, o que significou para o senhor?*

Muito curioso... O velho tinha umas coisas... Às vezes me contava histórias, do tempo em que esteve em Cuba como soldado, quando da guerra oportunista dos Estados Unidos. Mas quis voltar, e voltou. Ele era muito pobre, mas era muito trabalhador. Havia um grupo de granjeiros... Um deles se ocupava do gado, mas teve ciática. Para ele as coisas melhoraram: ficou de cozinheiro em casa. Lembro que ele era re-

zingão, ralhava o tempo inteiro conosco. Lembro também da tristeza de meu pai... Mas... por que estou falando disso?

*E seu filho Fidel Castro Díaz Baltazar? Por que renunciou recentemente a seu cargo de responsável pelo programa de energia atômica?*

Ele foi destituído por ineficiência. Que tipo de ineficiência? Aí também, já pedes demais... Não houve qualquer renúncia. Houve destituição. Não, não me causou nada de especial o fato de que fora meu filho. Afinal, não há monarquia em Cuba.

*A imprensa estrangeira o qualifica muitas vezes como ditador.*

O que quer dizer ditador? No meu país não há um governo pessoal, há um Conselho de Estado. Não escolho ministros, nem embaixadores, nada disso. Tenho autoridade, dou minha opinião, mas qualquer presiden-

te latino-americano tem mais poderes do que eu. Sou quem menos pode fazer o que quer em meu país, e não tenho essas faculdades ditatoriais inventadas pelo direito romano. Opino: é o que estou fazendo agora.

*Vargas Llosa disse que a revolução cubana prejudicou o processo democratizante na América Latina...*

Quem é Vargas Llosa? Quem é? Um escritor? De onde? Do Peru? E o que escreveu?

*"El elogio de la madrastra", "La ciudad y los perros"...*

Então porque não vai cuidar de sua madrastra, da sua cidade, dos seus perros...

**Somos um exemplo singular na história, em termos de valentia e heroísmo.**

*O sr. só lê García Marquez?*

Foi quem li por último. E o melhor.

*Que saldo ficou para Cuba dos encontros de Guadalajara e de Madri?*

Guadalajara é o México, é América Latina. Os astecas lutaram bravamente em Guadalajara. E com um heroísmo sem precedentes na história. Madri nunca foi invadida pelos Astecas. Há alguma diferença aí. Mas a reunião de Madri foi boa.

*Alguém falou contra o bloqueio de Cuba?*

Nenhuma palavra. Eu falei do bloqueio, mas não estava ali para dividir. Embora pudesse. Nem todos são valentes na hora de expor as verdades.

*O sr. disse, faz 30 anos: "A história me absolverá". Diria o mesmo hoje?*

Eu tenho que continuar a repetir isso, e ela tem que continuar a me absolver. Minha história será escrita por meus inimigos, mas minha consciência está tranqüila. Aquela frase, foi só uma frase diante dos juízes que me condenaram. Agora vejo que luto contra os ianques, contra os imperialistas, contra o hegemonismo e a prepotência. Digo que passarão quinze mil anos, mas a história me absolverá.

**Nos Estados Unidos, os políticos são muito escravos da política**

*E Cuba depois de Fidel: como será?*

Houve centenas de anos de Cuba sem Fidel. E podem passar mais centenas de anos com uma Cuba sem Fidel. Serei um sopro na história. Pó. Sempre me lembro do que me ensinaram os jesuítas: "És pó e ao pó voltarás". E quem se lembra do pó, a não ser de um santo? Como São Tiago o Apóstolo, que recebe a visita de milhares de peregrinos de todos os lugares. Sinceramente, não preciso disso, porque tenho que descansar. É um direito meu.



JUAN ESTEVES/FOHIA IMAGEM

**"Um sopro de história"**

# As sete cabeças de Geraldo Azevedo

Nas tuas apresentações, você raramente deixa de cantar a "Canção da despedida", que você compôs com o Vandré. Como é que é essa história do teu passado de esquerda?

Bom, eu comecei o meu trabalho artístico diretamente vinculado a um trabalho cultural e a tendência desse trabalho seria inevitavelmente de esquerda. Quando saí

**Fui trabalhar com Vandré, mas nosso trabalho durou pouco porque logo depois veio o AI-5.**

de Petrolina fui para Recife estudar, é claro que levei junto o violão porque eu sempre fui uma espécie de animador cultural em todas as escolas onde estudei. Também em Recife, comecei logo a me destacar com essa coisa do violão na escola onde estava, o colégio estadual Martins Júnior, onde fiz parte do diretório.

Em que ano estamos, mais ou menos?

Em 1963/64. Era Arraes. Tinha todo aquele movimento cultural, os CPC (Centros Populares da Cultura), onde também tive participação, junto com Teca Calazans, Paulo Guimarães, Naná Vasconcelos, o pessoal do Quinteto Violado, Marcelo Melo e Toinho Alves, enfim, vários artistas que ficaram reconhecidos. Era um movimento muito mais idealístico do que profissional, é claro - a gente não sobrevivia de música. Fazíamos aquilo por prazer, ou mesmo pra desabrochar a cuca da gente. Então, eu dizia que fazia parte do diretório e os diretórios estudantis tinham todo o apoio de Madalena Arraes. Aí teve o golpe e quase todos passamos a ser perseguidos. É desse tempo os meus primeiros problemas com a repressão. Depois, muito depois, a Eliana Pitman foi a Recife e me viu em vários shows de teatro e televisão e me fez um convite para ir com ela pro Rio de Janeiro. Fiquei um ano trabalhando com ela e foi nessa época que descobri esse lado da composição - a Eliana, inclusive, já cantava algumas músicas minhas. Quando larguei a Eliana, fui trabalhar com o Geral-

do Vandré, mas a duração do nosso trabalho foi muito pouca porque logo depois veio o AI-5.

A "Canção da despedida", então, é desse período?

É. E só. A gente tem outras coisas começadas, mas nunca terminamos. De concreto mesmo, só a *Canção da despedida*, e mesmo essa música já foi feita na clandestinidade...

Espera aí, quer dizer que você foi pra clandestinidade?

Olha, a gente estava fazendo um show em Anápolis, o Vandré e eu, e no dia seguinte íamos pra Brasília. Mas a data marcada para o show em Brasília era o dia 13 de dezembro. Olha que coincidência, o dia do AI-5... Então, dali mesmo de Anápolis a gente começou uma espécie de fuga. O Vandré caiu na clandestinidade: quando chegou a São Paulo a casa dele já tinha sido vasculhada. Ele tinha uma tia no Rio e foi pra lá mas não pôde ficar. Aí, foi pra casa do Guimarães Rosa e foi lá que trabalhou a *Canção da despedida*.

Então, a "Canção da despedida" foi composta na casa do Guimarães Rosa?

É. Lá e na clandestinidade. A gente tinha encontros clandestinos. Mas clandestinos mesmo - aquela coisa toda de passar de um carro para

**Canção da despedida foi composta na casa do Guimarães Rosa e na clandestinidade**

outro etc. Terminamos a música na casa da Marisa Urban. De lá, ele foi pro Chile.

E depois do AI-5?

Depois do AI-5 houve um marasmo muito grande. Ninguém conseguia fazer coisa nenhuma porque era logo perseguido. O Rio de Janeiro era um centro de opressão muito grande. É dessa época a minha primeira queda. Fui preso pelo Cenimar e fiquei algum tempo na Ilha das Flores. Fui muito torturado, mas acabei saindo ileso do processo.

Por que é que te prenderam?

Fui preso no que eles consideravam um aparelho. Era uma casa onde eu morava, onde eu estava hospedado, e nessa casa encontravam-se pessoas que eram - como é que se diz? - malfazejas pra eles. Fiquei preso um bocadinho de tempo, mas não tinha vínculo com nenhum partido. Nunca fui ligado a nenhum partido, embora fosse simpático de todos os que lutavam contra o regime militar...

E depois?

Bom, aí saí - despronunciado do processo - e continuei o meu trabalho. Conheci o Alceu Valença... quer di-

zer, eu já o conhecia, assim de vista, mas ele é que me conhecia mais e acompanhava o meu trabalho, porque ele começou depois. Aí, dessa amizade a gente fez algumas parcerias que acabaram gerando o primeiro disco, o *Quadrafônico*. Isso foi em 1971. A gente esperava um boom por causa das músicas nordestinas que estavam chegando na praça...

Você sempre quis ser um músico, um artista?

Não, pelo contrário, nunca tive essa pretensão. O que eu queria era ser arquiteto, engenheiro, só que a música não deixava. Na época desse primeiro disco eu tinha muita convicção. Sabia que sabia tocar, que tinha um certo talento, mas não tinha preparo ideológico para ser artista. Não tinha postura de artista. Aliás, até hoje não sei se tenho. Acho que tenho é postura de cidadão. Não costumava ter aquelas frescuras que são normais nos artistas, aquele vedetismo...

E o disco com o Alceu? Rebentou a boca do balão?

Não aconteceu o que a gente esperava, não. Até porque a gente foi para uma gravadora que não tinha qualquer tradição em música popular brasileira. Chamava-se Copacabana e gravava Moacir Franco, Martinha... Então a gente acabou ficando assim, meio devagar. Foi nessa época que surgiu uma proposta do Sérgio Ricardo pra gente fazer a *Noite do espantinho*, onde o Alceu seria o espantinho e eu o diretor musical do filme. Só que acabei sendo também um dos personagens, Severino, o homem do jogue. O Sérgio Ricardo diz que é o personagem mais humano do filme. E eu criei o personagem com uma barba que nunca mais tirei. Olha, essa aqui é a barba do Severino. Nunca gostei daquele negócio de fazer barba todo o dia. Aí, com o Severino, não precisava mais fazer a barba. E eu pensei: "É por aqui mesmo. Uma coisa a menos que tenho que fazer..."

Bom, e depois do filme do Sérgio Ricardo?

Aí o Alceu lançou o primeiro disco, do qual eu participei. Dei uma força pra ele musicalmente e fui levando com alguns trabalhos pessoais. Alguns deles acabaram virando trilha sonora de televisão, novela, essas coisas. *Gabriela, Samarandaia, Casarão*... Também fiz muita peça de teatro com o Luiz Mendonça, um diretor de Pernambuco que fez escola no Rio de Janeiro. Trabalhei com a Elba Ramalho, a Tânia Alves - eu era diretor musical e fiz amizade com elas nessas peças. Depois fiz algumas músicas pra Elba e acabei fazendo a direção musical do primeiro disco dela. Mas continuava aquela coisa toda de repressão, de luta contra a censura... E aí caí de novo. Fui preso pela segunda vez. Em 1975.

O autor de *Bicho de 7 cabeças* e da *Canção da despedida*, um pernambucano retado, artista sem frescura e muito consciente, está lançando um novo disco, *Berekekê*, e fazendo uma turnê pelo Nordeste, apresentando-se no Grande Teatro Cultural Brasil. Depois de passar por várias capitais, foi para Campina Grande, Paraíba, onde foi ouvido por Jô Amado, que se deslocou da Baía da Traição (também na Paraíba) e não se arrependeu da viagem. *Berekekê*, com muita influência africana, é um disco ótimo. E a entrevista concedida por ele não fica atrás. Confirmam.

Seqüestrado no meio da rua. Aliás, fui seqüestrado duas vezes. Eu estava chegando de um passeio com minha filha e minha mulher e deixaram minha filha no meio da rua. Uma criança de quatro anos de idade. A sorte foi que os vizinhos reconheceram e pegaram ela, sozinha ali na rua. Levaram eu e minha mulher, grávida de seis meses. E aí foi uma prisão violenta, muito violenta. Fui levado para o DOI-Codi do Rio...

E dessa vez qual foi o motivo alegado?

Olha, a razão dessa prisão... É até muito estranho eu

estratégia muito infeliz... No dia que eu cheguei, eles me torturaram e torturaram um outro cara muito. Aí o cara morreu. Ele se chamava Armando Frutuoso. Também estava lá o Gildásio, que era irmão da mulher do Henfil e também assistiu a tudo (depois até acabamos ficando bons amigos, o Gildásio e eu). Depois deram o Armando Frutuoso como revel, mas eu sou testemunha de que mataram ele.

Você dizia que o papel da polícia foi marcante porque te levou a refletir...

Isso, comecei refletindo sobre a minha vida. Onde é que eu estava? Por que é que eu estava ali? Quando é que tinha ido pra lá? Como tinha chegado lá? Qual era o sentido de toda essa coisa? Aí comecei a pensar que a música era importante e que eu era um artista e, por isso, tinha que ter convicção do que eu era. Porque você tem que compreender a tensão da situação: você está o tempo todo diante da morte, até porque os caras falam o tempo todo que ali é um inferno e você não vai escapar de lá. Eles diziam isso mesmo. Foi tudo isso que me levou a fazer um processo interessante que é mais ou menos o seguinte: se eu morrer, tudo bem, acabou; se ficar preso muito tempo, vou compor muito, dentro da prisão, vou sair com bagagem pra ter trabalho pro





DMULGACAO

concessões ao processo como faz o Fagner, por exemplo. Ele mudou até as características do seu trabalho anterior. A Elba fez muitas concessões... Já me disseram também que há uma birra comigo por parte da Rede Globo, por causa do meu passado. Eu não acredito muito não. E também acredito. Acredito que existam pessoas, nesses meios de comunicação, fortes, que impliquem com um artista porque ele é de esquerda, porque ele é rebelde...

**E nas gravadoras? O artista também tem que fazer concessões?**

Claro! Há o processo que eles querem que eu faça com minha obra. Eles querem, por exemplo, que eu grave uma música de Sullivan & Massadas. É só um exemplo, tá? "Grave não sei quem ou não sei quem mais pra se tornar acessível..." Mas eu sei que tenho um trabalho e tenho um público que o aceita. Então, há concessões que eu entendo que a gente não deve fazer. Tenho a impressão do que um artista tem que ser um pouco revolucionário, ele termina impondo a sua obra. Muitas vezes, até um movimento, embora eu não tenha essa pretensão. O meu objetivo, com a música, é recuperar a música brasileira. Ela é parte da nossa cultura e a nossa memória nunca foi recuperada.

**É por isso que você partiu agora para uma produção independente, com o "Berekekê"?**

Olha, eu já tinha tido uma experiência com um disco independente, em 1986, um disco chamado *De outra maneira*, que me deu alguns sucessos, como *Chorando e cantando*, *Dona da minha cabeça*, *É brincadeira*, músicas que tiveram sucesso. Esse disco teve uma resposta muito boa por parte do público e, para conseguir a distribuição, fiz um contrato com a RCA. Eles ficaram impressionados com a minha popularidade, com a minha vendagem, e insistiram demais comigo pra fazer um disco lá. Me davam muitas vantagens e eu, por meu lado, já conhecia as dificuldades de fazer um disco independente. Então, tanto a RCA quanto

a Poligram ficaram me seduzindo e eu terminei assinando o contrato com a BMG/Ariola, que é a RCA. Pelo contrato, eu tinha de fazer três discos, mas terminei fazendo só dois

**A gravadora não deixava a gente ir nas rádios: "sotaque nordestino não entra nas rádios do Sul".**

porque o que eles prometem é uma coisa e o que eles fazem é outra...

**Explica um pouquinho melhor como é isso de prometer e fazer.**

Eles te prometem que você vai virar estrela, vai vender disco pra caramba, vai realizar tudinho. Depois a coisa é outra. Porque, olha, quando você faz um disco, você faz um produto comercial. E um produto comercial exige divulgação, muito dinheiro em cima, distribuição... Então, como eles sabiam do meu sucesso com o disco independente, não fizeram nada: ficaram esperando que eu fizesse. Só que o disco não era mais meu, era deles. E eu fiquei esperando que eles fizessem, e não eu. Ficou um esperando pelo outro... Os dois discos que gravei lá foram *O eterno presente* e *Bossa tropical*. O terceiro seria justamente o *Berekekê*, que estou lançando agora.

**Não seria viável você e outros músicos e artistas que tenham uma afinidade cultural tentarem fundar uma gravadora independente?**

Viável, sim, seria viável, mas vou te contar... A classe artística é muito difícil, das mais difíceis mesmo. Primeiro porque a gente trabalha com uma coisa chamada poder. Cada pessoa carrega muito poder pessoal e esse poder, muitas vezes, é dirigido de maneira totalmente errada, infelizmente. Segundo, tem a vaidade, que é muito grande. Então é isso aí, o poder e a vaidade são inimigos que todos os artistas têm. É claro que eu conheço muita

gente que não tem essa vaidade, esse vedetismo, essas frescuras, mas a maioria tem... E aí fica difícil discutir os problemas de um ponto de vista do coletivo da classe artística, enquanto categoria profissional.

O trabalho de cada artista, com a sua própria obra, exige muito, é quase como se fosse uma empresa. Cada artista é uma empresa. Você veja por exemplo, algumas lutas que já deveriam estar acontecendo, e há muito, no Brasil, como a luta pelos direitos autorais... O ECAD é um blefe, uma história triste que até se compara à dessa quadrilha aí, do Collor. A quantidade de verbas, a quantidade de grana envolvida... Eu acho que nem o INSS, talvez nem o INSS... Porque é como dizia o outro: é uma coisa diária, diariamente, todo o dia, toda a hora...

**Geraldo, como é a tua relação com a imprensa?**

Olha, eu acho que você se depara com todo um sistema de comunicação incoerente. O sistema de comunicação é todo incoerente. E, para en-

**Já me disseram que há uma birra comigo por parte da Rede Globo, por causa do meu passado.**

trar no sistema de comunicação, você tem que absorver essa incoerência sem perder a tua coerência, entendeu? Você tem que ser diplomático em relação ao teu trabalho. É um pouco que nem política, eu acho.

Quando você faz política, muitas vezes você tem que fazer coisas inconvenientes, mas você tem que pensar nisso como outra etapa, da qual você vai tirar proveito. Eu, pelo menos, só vejo política assim e, hoje em dia, para você viver de trabalhar com arte, você tem que ser político. O nosso país é tão cheio de conflitos, de incoerência, que se você não tiver uma postura você perde a sua coerência.

resto da vida; agora, se eu sair, aí vou ficar famoso. Por quê? Porque das duas vezes eu tinha sido seqüestrado, porra. Então, na minha cabeça, se eu ficasse famoso pelo menos eles iam parar de me seqüestrar. E saí mesmo. Saí e lutei, lutei, e consegui fazer um contrato pra fazer um disco no outro ano. Foi o disco que fiz pela *Som Livre*.

**Como é que é esse negócio de que você fala da discriminação dos nordestinos?**

É claro que existe, sim. Desde que chegamos em São Paulo pra fazer o disco, o Alceu e eu - e ambos tínhamos muito mais sotaque do que temos hoje - percebemos que as pessoas nos gozavam e não levavam a sério. Depois, em 1980, teve a grande explosão com a chegada dos nordestinos - Elba, Amelinha, Fagner, Belchior. Aí o nosso trabalho passou a ser valorizado e eu, pessoalmente, considero assim como um terceiro momento na MPB, depois da Bossa Nova e do Tropicalismo. Essa "fase nordestina" não teve título, e talvez por isso não deu pra marcar a história, mas o tal problema da discriminação é, de certa for-

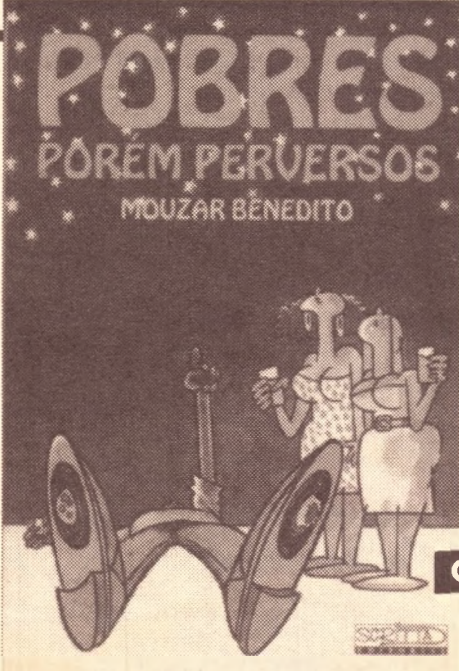
ma, um reflexo disso: o sistema não demorou muito para se fechar, em função dos nordestinos. Olha, hoje eu tenho isso bem claro. No ano passado gravei um disco na RCA e falei com eles que gostaria de fazer a divulgação nas rádios. Ir nas rádios, conversar com os caras pra ver se tocavam o meu disco. Aí, o camarada da gravadora falou: "Não, isso não adianta porque você tem sotaque nordestino e sotaque nordestino não

**Tenho a impressão de que um artista tem que ser um pouco revolucionário**

entra nas rádios do Sul..." Isso aí aconteceu mesmo, é real.

**Você falou na "explosão nordestina". Por que alguns desses artistas conseguiram um espaço comercial razoável e outros não? Você próprio, por exemplo, não tem o mesmo espaço que...**

É verdade. Eu nunca fiz



Cr\$116.000,00

SCRITTA EDITORIAL

RUA GERMAINE BURCHARD, 286 - CEP 05002 SÃO PAULO SP - FONES (011) 262.1155/871.5550/864.1340 - FAX (011) 864.9320

**"Pobres, porém perversos é todo uma novidade só. (...) O humor é a grande virtude deste romance de formação, um caso raro em se tratando de história de gente simples, jovens de um país de poucas perspectivas, já calejados na arte de levar a vida sem grandes tropeços".**  
**Márcio de Souza**



# IRMÃOS DO SOL E DA RUA

FOTOS FERNANDA ESTIMA



Perseguida por bandidos e sem apoio oficial, uma comunidade de meninos de rua mostra uma saída para o problema do menor.

Os olhos que lêem a tabuleta "Comunidade dos Irmãos do Sol", pregada à porta da casa de fachada humilde encravada na região industrial de Belo Horizonte, atrás da grande usina da Mannesmann, desconcertam-se em seguida com o corredor úmido, sombrio, de cimento batido. Mas logo se regalam com o cenário movimentado e luminoso do pátio central: em torno de quinze meninos e meninas, de idade variando dos primeiros anos à adolescência, brincam ou trabalham. Alguns completam a limpeza dos móveis e pratos do após-refeição; um grupo joga futebol no canto do pátio; uma menina, com seus possíveis dez anos, cabelos molhados do banho, está vestindo a mochila para a escola enquanto outra menorzinha brinca com uma boneca; um outro está se lavando no tanque, aquecido pelo sol, ao ar livre.

Nada sugere cerceamento ou opressão. A porta está aberta e parte dos meninos está em um campo de futebol, a algumas quadras dali. O "pai" da casa está com uma menina carinhosamente sentada no colo e a ele se dirigem afetuosamente outras crianças do pátio.

A Comunidade Irmãos do Sol é uma das experiências de casa lar, que abriga e educa crianças da rua. "Seu" Milton Reis dos Santos e sua companheira, pais naturais de oito filhos, misturam entre os de seu sangue quinze crianças colhidas do furacão das ruas. Recebem assistência financeira da Igreja.

A casa é parte de um projeto, de várias etapas, de "ressocialização" dos filhos da rua. Na ponta da experiência estão os "educadores de rua", que fazem o primeiro contato com as várias tribos de meninos que circulam pela cidade. As "casas de apoio", onde as crianças têm acesso a refeições e banho sem por lá pernoitarem, e os "campos de lazer", locais estrategicamente situados para servirem de recreio, são elos intermediários do programa. As "casas lar" e as "casas de casais" (onde moram adolescentes de rua "noivados") são experiências mais integrais de convivência. O projeto prevê ainda as "repúblicas", onde os adolescentes de rua passariam por um último estágio de socialização antes de se lançarem com independência no mercado de trabalho.

**TENTÁCULOS DA BARBÁRIE.** A Comunidade dos Irmãos do Sol parece ser um porto seguro contra as violências da rua. Mas não é.

No final de novembro, os "irmãos do sol" sofreram mais um capítulo de brutalidade. Às 9h45 da noite de um dia de semana, um Fiat ocupado por dois homens armados de revólveres, com a placa coberta por um pano, estacionou à porta da Comunidade. Renderam oito meninos que

retornavam das aulas e "seu" Milton. Dois deles ainda conseguiram fugir, um foi atirado no portamala e os outros, junto com "seu" Milton, foram obrigados a entrar no carro já recebendo pancadas. Levados para a BR 262, lá passaram a madrugada apanhando e sendo ameaçados de morte. Foram dois meninos, machucados mas ainda de posse de suas forças, que socorreram o "pai", desacordado após brutal espancamento na cabeça e no peito.

Não foi, porém, a primeira vez. Já antes, quando moravam no bairro Copacabana e, aproveitando-se de uma ausência ocasional do "pai", seis homens mascarados e armados obrigaram os meninos a se deitarem nus, no pátio, onde foram covardemente agredidos. Três deles foram levados como reféns e encontrados amarrados, sem comer e machucados, alguns dias depois.

**FRONTEIRAS EM DISPUTA.** As agressões não são gratuitas. Ex-policiais ou policiais à paisana, gangues, moradores "incomodados" com a presença dos menores atualizam o lema "de que menino de rua bom é menino de rua morto". Diariamente quatro crianças ou adolescentes são assassinados no Brasil.

É como se ali mesmo, onde a vida começa, a barbárie esteve testando os limites de suas prerrogativas. O 3º Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, que reuniu há poucos dias 750 crianças de 10 a 17 anos em Brasília, teve exatamente como tema a implantação de um mínimo civilizatório: "O Estatuto (da criança) está aí, só falta cumprir". Às vésperas do Encontro, dois militantes do movimento - um educador do Rio e uma criança de Vitória - foram assassinados. As delegações de alguns estados foram ao Encontro com ônibus escoltados.

A batalha está interiorizada nos próprios meninos. São freqüentes os casos dos que retornam às ruas, após promissores processos de socialização. Wagner Dias, quinze anos, menino de rua desde os dez anos, atualmente na Comunidade Irmãos do Sol, já passou nestes anos por várias situações: seis vezes na Febem, várias vezes preso, está agora conciliado consigo mesmo. Quer "estudar, sair desta vida, seguir profissão de trocador ou enfermeiro". Por uma vez, deixou a Comunidade em troca do cenário ruidoso das ruas, chamado e desafiado de volta por amigos e com as promessas de tinner (tipo de tinta cuja aspiração dá um "barato" fortíssimo e aplaca a dor da fome).

**COMUNIDADE DO TINNER.** O contraste entre a visita à Comunidade Irmãos do Sol e o contato com uma "tribo de rua" é chocante.

No bairro nobre de Lourdes, em Belo Horizonte, em uma das esquinas distantes apenas algumas quadras da Assembléia Legislativa, o clima entre um punhado de meninos de rua é de excitação e pânico. São oito deles, meninos e meninas, o maior de no máximo treze ou quatorze anos. Uma pequena moça cuida de seu filho de poucos meses. Há restos de manga no chão e um saquinho de leite passa de mão em mão.

À chegada do "educador de rua", eles acorrem, pedindo por ajuda. Dois deles acabaram de ser levados por uma viatura do Juizado de Menores. Uma das capturadas resistiu, foi puxada pelos cabelos e teria tomado um soco na cara, antes de entrar no carro. Falam assustados, aos borbotões, mas ninguém está chorando.

Um pano molhado, embebido em tinner, começa a circular entre eles. Um, até então envolvido por um cobertor, acorda para cheirar. Outro me atira, de brincadeira, uma lata de cerveja. "Quando cheiram tinner, eles ficam mais agressivos, é comum até se ferirem com faca", conta o educador de rua. Um garoto desconfiado começa a inquirir se sou jornalista, após ver o caderno de anotações.

Escolados na arte de sobreviver, costumam dar nomes falsos para quem não confiam. Migram freqüentemente de posto. A "comunidade do tinner" olha com desconfiança a civilização de carros e pessoas bem vestidas, que passa apressada e indiferente à barbárie que lhe corrói a infância.

JUAREZ GUIMARÃES



BRASIL AGORA

